

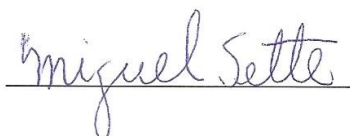
Relatório Científico Final apresentado à FAPESP

Título: O conceito de dinheiro em Marx

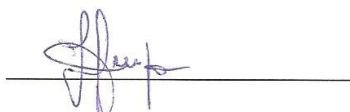
Processo: 2014/10596-0

Período coberto pelo relatório: Julho de 2015 – Fevereiro de 2016

Beneficiário: Miguel de Magalhães Dauster Sette

A handwritten signature in blue ink, reading "Miguel Sette", written over a horizontal line.

Orientador: Jorge Luís da Silva Grespan

A handwritten signature in blue ink, reading "Jorge Luís da Silva Grespan", written over a horizontal line.

## Sumário

<b>Resumo do Plano Inicial .....</b>	<b>3</b>
<b>Trabalho realizado no período coberto pelo relatório.....</b>	<b>3</b>
<b>Observação sobre as traduções utilizadas.....</b>	<b>3</b>
<b>Primeira Parte: A evolução do conceito de dinheiro em Marx .....</b>	<b>4</b>
<b>Grundrisse.....</b>	<b>4</b>
Alfred Darimon: De La Réforme des Banques.....	4
Origem e essência do dinheiro.....	6
Os metais nobres como portadores da relação monetária .....	8
O Curso do dinheiro .....	8
<b>Para Crítica da Economia Política.....</b>	<b>13</b>
A mercadoria .....	13
Dinheiro ou a circulação simples.....	17
<b>O Capital.....</b>	<b>24</b>
As diferenças entre a primeira e a segunda edição do Capital .....	25
O Anexo sobre a forma do valor .....	28
As diferenças entre o Capital e Para Crítica da Economia Política.....	31
Conclusões.....	32
<b>Resultados Finais .....</b>	<b>36</b>
<b>Segunda Parte: Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível .....</b>	<b>37</b>
Introdução .....	37
<b>Claus Germer: Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo.....</b>	<b>37</b>
<b>Gentil Corazza: Marx e Keynes sobre dinheiro e economia monetária .....</b>	<b>45</b>
<b>Reinaldo Carcanholo: O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro .....</b>	<b>48</b>
<b>Claus Germer: O caráter de mercadoria do dinheiro segundo Marx – uma polêmica .....</b>	<b>53</b>
<b>Gentil Corazza: O dinheiro como forma do valor .....</b>	<b>58</b>
<b>Reinaldo Carcanholo: Sobre a natureza do dinheiro em Marx.....</b>	<b>59</b>
<b>Eleutério Prado: Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível .....</b>	<b>60</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>65</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>67</b>

## **Resumo do plano inicial e etapas anteriores**

Em nosso projeto de pesquisa, dividimos a execução de nosso trabalho em duas fases, a primeira consistindo na comparação entre os quatro textos da bibliografia principal, *Grundrisse, Para Crítica da Economia Política* e as duas edições de *O Capital*, e a segunda consistindo na análise da bibliografia complementar a partir dos resultados da primeira fase. A primeira fase de nossa pesquisa foi objeto de nosso relatório parcial e encontra-se nesse relatório como a primeira parte deste trabalho. Também foram realizados alguns acréscimos à primeira parte, tendo em vista os resultados da segunda parte desta pesquisa.

## **Trabalho realizado no período coberto pelo relatório**

O relatório atual compreende a segunda parte deste trabalho, consistindo na leitura crítica dos artigos que versam sobre a ‘controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível’: ‘Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo’ e ‘O caráter de mercadoria do dinheiro segundo Marx – Uma polêmica’ de Claus Germer; ‘Marx e Keynes sobre dinheiro e economia monetária’ e ‘O dinheiro como forma do valor’ de Gentil Corazza; ‘O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro’ e ‘Sobre a natureza do dinheiro em Marx’ de Reinaldo Carcanholo; e, por fim, ‘Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível’ de Eleutério Prado. Conforme informado no relatório anterior, também foi adicionada à primeira parte do trabalho a análise do ‘Anexo sobre a forma do valor’ à primeira edição de *O Capital*, que fora encontrada por nós no desenvolvimento da primeira parte desta pesquisa.

## **Observação sobre as traduções utilizadas**

Durante nosso trabalho, utilizamos os originais em alemão que constam na bibliografia. As citações extraídas são todas traduções do autor, exceto pela segunda edição de *O Capital*, onde utilizamos a tradução de *Os Economistas*. Todas as páginas das citações referem-se aos originais em alemão. Nas obras que possuem tradução, indicamos a passagem correspondente em uma edição brasileira.

## **Primeira Parte: O conceito de dinheiro em Marx**

### **Grundrisse**

*Alfred Darimon: De La Réforme des Banques. Paris 1856*

Nessa primeira seção do *Capítulo sobre o dinheiro* dos *Grundrisse*, Marx procura criticar o livro do proudhonista Alfred Darimon ‘*De La Réformedes Banques*’, enfocando na concepção proudhonista da ‘cédula de trabalho’ (Studenarbeitszettel) e na proposição de abolir o predomínio e dos metais preciosos na esfera da circulação. Embora não se relacione diretamente com a evolução da escrita de *O Capital*, essa seção é de interesse, pois expõe algumas das ideias de Marx sobre o dinheiro, e, mais especificamente, trata, ainda que não sistematicamente, do problema da conversibilidade do papel moeda, relacionando-se, portanto, com a segunda parte de nossa pesquisa, que tratará sobre a controvérsia brasileira do dinheiro mundial inconversível. Também aqui, Marx expõe algumas críticas a Ricardo que ele manterá em *Para Crítica da Economia Política* e em *O Capital*.

A primeira crítica aventada por Marx à proposta de Darimon e Proudhon de substituir o dinheiro pela cédula de trabalho é de que eles pretendem suprimir o instrumento de circulação correspondente a determinadas relações de produção sem modificar tais relações de produção (Marx, 1983, p. 58). Mais especificamente, tal proposta indica duas compreensões de Darimon sobre a natureza do dinheiro, segundo Marx.

Primeiramente, a tentativa de acabar com o privilégio dos metais preciosos como instrumentos de circulação é querer elevar todas as outras mercadorias ao privilégio do dinheiro, um paradoxo conceitual como ‘querer abolir o papado ao transformar todos os cristãos em papa’. Temos, portanto, que, embora Marx ainda aqui não formalize o dinheiro como forma antitética (gegensätzliche) da mercadoria, ele já sabe que aquele só se constitui em relação a esta. Assim conclui o autor:

“Mostra-se assim que ouro e prata não são mercadorias como as outras, e os economistas modernos vêm-se constantemente, repentinamente, presos aos preconceitos do mercantilismo.” (Marx, 1983, p. 63)<sup>1</sup>

Em segundo lugar, a cédula de trabalho implica em abolir a diferença entre preço<sup>2</sup> e valor de troca, entendido, aqui, como o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria<sup>3</sup>. O valor determinado pelo tempo de trabalho é apenas o valor médio (Durchschnittswert) ao redor do qual circulam os preços. A identidade entre o valor de mercado e o valor real só se estabelece através de uma constante iniquidade entre ambos, ou como diz Marx, explicitando seu entendimento da dialética, através da negação da negação (Marx, 1983, p. 72)<sup>4</sup>. Também a cédula de trabalho requereria que a produtividade do trabalho permanecesse sempre a mesma, o que contradiz a lei do aumento permanente da produtividade do trabalho, que ocorre sob a produção capitalista. A contradição da cédula de trabalho é, então, querer abolir as formas necessárias para a produção de mercadorias, a diferença entre preço e valor, entre mercadoria e dinheiro, justamente através da manutenção dos fundamentos da produção de mercadorias, do valor mesmo, do tempo de trabalho.

No que concerne o problema da conversibilidade do papel moeda, os dados sobre as crises relatadas por Marx indicam que a inconversibilidade do papel moeda, como signo do valor (Wertzeichen), era um problema que atingia as economias capitalistas desde o fim do século dezoito e que aparecia em conjunto com crises econômicas<sup>5</sup>. Embora não desenvolva esse tema, o autor parece indicar que a inconversibilidade é uma possibilidade sempre subjacente ao papel moeda:

“Convertibilidade – legal ou não – é, portanto, um requisito a cada dinheiro, cujo título o torna um símbolo de valor, isto é, lhe equipara à quantidade de uma terceira mercadoria. A equiparação implica

---

<sup>1</sup> Edição da Boitempo dos *Grundrisse*: p.115 (referido como Ed. Boitempo a partir daqui).

<sup>2</sup> A seguinte passagem é reveladora de como o preço considerado em si mesmo não é expressão de nenhum valor: “O ouro é nominalmente não depreciável, não porque ele exprima sozinho *um valor autêntico*, mas sim uma determinada quantidade de sua própria matéria.” (Marx, 1983, p. 69). (Ed. Boitempo: p.124)

<sup>3</sup> Marx usa ao longo do texto os termos valor (Wert) e valor de troca (Tauschwert) indistintamente.

<sup>4</sup> É interessante notar que ao início de seus estudos econômicos Marx refutava a teoria do valor trabalho justamente devido à incongruência entre preço e valor. Ver o terceiro capítulo de Mandel (1967).

<sup>5</sup> Deste modo, o Banco da Inglaterra não conseguia, por mais que tentasse restringir a emissão de notas sem fundos em ouro ao limite imposto pelo *Bank Act* de 1844, e o governo inglês era obrigado a suspender o efeito da mesma.

já a oposição, o possível desequilíbrio; a convertibilidade implica o seu oposto, a não convertibilidade; a apreciação implica a depreciação...” (Marx, 1983, p. 70)<sup>6</sup>.

Por fim, é também importante notar as críticas que Marx faz rapidamente à concepção monetarista de Ricardo. Marx considera falso o pressuposto ricardiano de que os bancos “controlam a quantidade das notas que circulam, que a quantidade dos meios de circulação determina os preços, enquanto que, ao contrário, os preços determinam a quantidade dos meios de circulação.” (Marx, 1983, p. 62).<sup>7</sup>

### *Origem e Essência do Dinheiro*

Essa seção corresponde propriamente à primeira tentativa de definição por Marx do dinheiro. Primeiramente, chama atenção o fato de não haver um capítulo precedente sobre a mercadoria, como ocorrerá em *Para Crítica* e em *O Capital*. Entendemos que tal fato tem consequências importantes para a caracterização do dinheiro e da teoria do valor exposta nessa seção.

A ausência da análise detalhada da mercadoria acarreta que Marx não expõe as determinações do valor de modo acabado<sup>8</sup>. Dos conceitos que comporão o capítulo da mercadoria em *O Capital* como valor de uso<sup>9</sup>, valor de troca, trabalho abstrato e trabalho concreto, está presente, aqui, apenas o conceito de valor de troca. Não que não se possa entender de passagens do texto que tais conceitos estão ali subentendidos. Desde já Marx entende que na análise da mercadoria está em jogo a dialética qualidade-quantidade, quando afirma que as mercadorias, enquanto valor, são qualitativamente iguais e apenas quantitativamente diferentes. Entretanto, por falta de uma formulação precisa dos conceitos, Marx falha em ver a mercadoria como uma unidade de opostos, valor de uso e de troca.

Deste modo, Marx não deduz o dinheiro a partir da contradição interna da mercadoria, apresentando-o apenas como oposição externa a esta. Ora, justamente por não partir da contradição interna para a oposição externa, é que faltam, nos *Grundrisse*, a exposição das formas simples, desdobrada a geral do valor, tal como ocorrerá na

---

<sup>6</sup> Ed. Boitempo: p. 125

<sup>7</sup> Ed. Boitempo: p.113-114

<sup>8</sup> O raciocínio inverso também é possível: é por não entender ainda todas as determinações do valor de modo acabado que Marx não consegue analisar a mercadoria.

<sup>9</sup> Marx utiliza a expressão valor de uso (Gebrauchswert) somente à página 98, e de maneira não contraposta a valor de troca.

análise mais acabada da mercadoria e do dinheiro. Vê-se, portanto, desde logo a relação íntima entre o conteúdo da teoria e sua forma de exposição.

A primeira definição de dinheiro que encontramos é então:

“O valor de troca das mercadorias, enquanto existência particular ao lado das mercadorias, é o *dinheiro*; a forma na qual todas as mercadorias se equiparam, se comparam e se medem; na qual todas as mercadorias se dissolvem, o que se dissolve em todas as mercadorias, o equivalente geral.” (Marx, 1983, p. 77).<sup>10</sup>

O dinheiro definido por essa oposição externa à mercadoria põe dinheiro e mercadoria numa relação de universal e particular, explicitando o uso da lógica hegeliana por Marx. Mais ainda, o dinheiro é ao mesmo tempo uma mercadoria universal (*allgemeine*) e particular (*besondere*). Universal, pois é a autonomização daquilo que é comum a todas as mercadorias frente às suas qualidades naturais distintas, o valor de troca. E particular, pois adquire essa característica única mesma da autonomia do valor de troca. Assim é que o próprio dinheiro, inicialmente apenas um mediador das trocas, pode tornar-se finalidade mesma da troca, isto é, ser comprado e vendido.

Mais adiante, entretanto, Marx caracteriza o dinheiro como um símbolo (*Zeichen*) que representa o valor de troca: “Para equiparar-se a si mesma [a mercadoria] como valor de troca, ela é trocada com um símbolo que a representa como valor de troca como tal.” (Marx, 1983, p. 79)<sup>11</sup>. Marx, aqui, está antecipando a diferença, posteriormente desenvolvida em *Para Crítica* e o *Capital*, entre as funções de medida do valor e de meio de troca do dinheiro. Na primeira, o dinheiro pode estar posto (*gesetzt*) apenas idealmente; na segunda, é necessária sua presença real. Chama atenção o fato de Marx caracterizar o dinheiro como símbolo, o que denota, em nossa opinião, um estágio ainda de menor elaboração dos conceitos. Em obras posteriores, o dinheiro poderá até ser substituído por um símbolo, mas não é em si mesmo um símbolo.

Por fim, temos que o valor de troca das mercadorias é determinado pelo seu tempo de trabalho (*Arbeitszeit*). E o tempo de trabalho que determina o valor de troca é caracterizado como ‘tempo de trabalho em geral’ (*im allgemeinen*). A discussão sobre o tempo de trabalho mostra um Marx muito preso ao vocabulário hegeliano. O tempo de

---

<sup>10</sup> Ed. Boitempo: p. 136

<sup>11</sup> Ed. Boitempo: p.140

trabalho em geral só pode existir em produtos particulares. A universalização da troca e da divisão do trabalho é que dá aos produtos particulares, e, portanto, ao trabalho que os cria, o caráter de universalidade. Assim, frente à questão da qualidade do trabalho, enriquece-se o entendimento da relação dinheiro-mercadoria como universal-particular: “Só pode-se resolver esta contradição ao objetivá-la, isto é, ao por a mercadoria duplamente, primeiramente em sua forma natural e imediata, e, em seguida, em sua forma mediadora, como dinheiro.” (Marx, 1983, p. 101)<sup>12</sup>

Desse ponto de vista, é elaborada uma nova crítica à cédula de trabalho de Darimon: tal cédula representaria o trabalho em geral imediatamente, o que é impossível logicamente. Segundo a lógica hegeliana, o universal só pode existir mediado pelo particular, e é esse raciocínio que Marx está aplicando ao trabalho e ao dinheiro nos *Grundrisse*.

#### *Os metais nobres como portadores da relação monetária*

Trata-se de um pequeno trecho do capítulo do dinheiro, no qual Marx descreve as características físicas do ouro e da prata que os tornam adequados a representar exclusivamente o valor de troca. O conteúdo dessa seção foge aos objetivos desse estudo.

Dignos de nota são, no entanto, as características dos metais nobres que os tornam adequados a serem portadores da determinação formal do dinheiro. São estas: primeiro, a não oxidabilidade e a indissolubilidade em ácidos, que permitem a conservação do valor, viabilizando, portanto, a função de entesouramento; segundo, a alta densidade e raridade na natureza, que permitem o transporte de grande quantidade de valor em um pequeno espaço, o que é importante para a função de meio de circulação; e terceiro, a boa ductilidade, que permite dividir ouro e prata em partes alíquotas de si mesmos, fato essencial para o funcionamento do dinheiro enquanto padrão de preços.

#### *O curso do dinheiro*

Ainda na primeira seção, origem e essência do dinheiro, Marx sintetiza quatro características do dinheiro que podem ser consideradas sua primeira formulação das funções do dinheiro, e que são desenvolvidas na presente seção:

---

<sup>12</sup> Ed. Boitempo: p. 173



“As características do dinheiro como: 1. Medida da troca das mercadorias; 2. Como meio de troca; 3. Como representante das mercadorias (portanto como objeto dos contratos); 4. Como mercadoria universal ao lado das mercadorias particulares – decorrem todas simplesmente de sua determinação de valor de troca objetivado e separado das próprias mercadorias.” (Marx, 1983, p. 80)<sup>13</sup>.

A primeira função que Marx descreve é a de medida do valor. Em um sistema de troca generalizada, no qual as mercadorias trocam-se entre si através da mediação do dinheiro, aquelas devem primeiramente equiparar-se a este. Assim, “O valor de troca expresso em dinheiro, isto é, equiparado ao dinheiro, é o preço.” (Marx, 1983, p. 119)<sup>14</sup>. Desta forma, ao dar a unidade de medidas dos preços, o dinheiro realiza sua primeira função, a de medida do valor. Aqui, o dinheiro é a mercadoria *particular* pela qual se medem todas as outras.

A partir do preço, Marx identifica uma curiosa inversão de papéis: se, primeiramente, o dinheiro é representante de todas as mercadorias, a partir do preço todas as mercadorias tornam-se representantes do dinheiro<sup>15</sup>. Enquanto preço, as mercadorias estão postas apenas *idealmente* como dinheiro, que é entendido desse modo como dinheiro de conta (Rechengeld). A quantidade de dinheiro de conta é determinada por essa equiparação ideal das mercadorias em dinheiro, e, portanto, pelo total de valor das mercadorias. A presença, e quantidade, real do dinheiro leva-nos a sua próxima função.

A segunda função descrita por Marx é a de meio de troca (Austauschmittel) ou instrumento de circulação (Zirkulationsinstrument). Ao efetuar-se a troca do preço de uma mercadoria pela quantidade correspondente, a mercadoria deixa de estar posta apenas idealmente como dinheiro para transformar-se realmente neste, de modo que esta passagem, do particular ao universal, chama-se realização.

Diferentemente do dinheiro em sua função de medida do valor, enquanto meio de troca, o dinheiro possui uma quantidade bem definida. Essa é determinada pelos preços das mercadorias, a quantidade de mercadorias, e a velocidade de curso média do dinheiro. Como já havia feito ao comentar o trabalho de Ricardo, Marx contrapõe-se a teoria quantitativa da moeda, afirmando que é a soma dos preços que determina a

---

<sup>13</sup> Ed. Boitempo: p. 141

<sup>14</sup> Ed. Boitempo: p. 200

<sup>15</sup> Embora tal constatação possa parecer pouco importante do ponto de vista da circulação simples (M-D-M), ela adquire significância do ponto de vista da circulação de capital (D-M-D), indicando todo o jogo de inversões que se passa entre forma e conteúdo no mundo capitalista.

quantidade de meio circulante, e não o contrário. Entretanto, a argumentação não é muito sólida, pois ainda falta ao autor diferenciar o dinheiro enquanto medida do valor e padrão dos preços, na figura da moeda. A questão da quantidade de moeda será mais bem resolvida em *Para Crítica*, quando tal diferenciação é feita.

Relacionada à função de meio de troca, aparece no texto a primeira menção ou caracterização de uma possibilidade de crise. Em oposição ao escambo, que é uma troca imediata, a troca mediada faz com que seus dois extremos, compra e venda, tornem-se indiferentes no tempo e no espaço. Portanto:

“Já se encontra na determinação do dinheiro como mediador, na decomposição da troca em dois atos, o germe das crises, ao menos a sua possibilidade, que não pode ser realizada a não ser onde as condições fundamentais da circulação classicamente qualificada, adequada ao seu conceito, estão presentes.” (Marx, 1983, p. 128)<sup>16</sup>

Cabe ressaltar que, embora Marx ainda se encontre em um estágio anterior da formulação de seus conceitos, a mesma visão sobre essa primeira forma, e possibilidade, da crise é mantida tanto em *Para Crítica* quanto n’*O Capital*. Segundo Reichelt (1973), Marx elabora o conceito de crise em diversos níveis de abstração, sendo o da função de meio de circulação o mais abstrato, e ainda somente do ponto de vista da *forma* possível à crise, sem adentrar nas condições necessárias para a sua efetivação. Ao longo dos três textos que deram origem ao *Capital*, vemos que Marx introduz esse tema sempre no mesmo ponto, ao discutir a função de meio de circulação, e também em crítica à concepção dos economistas que querem deixar de ver as implicações do uso do dinheiro, rebaixando a circulação de mercadorias ao simples escambo, o que nos parece uma crítica implícita a Jean Baptiste Say, e que aparece explicitamente nas *Teorias da Mais-Valia* (Reichelt, 1973, p. 189)<sup>17</sup>.

Marx põe-se então a comparar duas formas opostas de circulação que surgem da circulação de mercadorias. Primeiramente, a própria circulação simples de mercadorias, descrita por mercadoria-dinheiro-mercadoria (M-D-M). Nessa forma de circulação, o dinheiro, enquanto meio de circulação, é indiferente ao seu material, pois apenas faz circular os preços das mercadorias, representando-os.

---

<sup>16</sup> Ed. Boitempo: p. 214

<sup>17</sup> Ed. Unicamp: p. 194

É interessante observar a inversão que ocorre aqui: enquanto apenas idealmente posto, medida do valor, o dinheiro é muito sensível ao seu material, pois nele está a quantidade de trabalho que serve para equiparar-se em uma determinada quantidade às mercadorias; enquanto meio de troca, realmente posto, o dinheiro é, todavia, indiferente ao seu material, pois, argumenta Marx, é uma forma apenas evanescente, se considerada a totalidade do movimento M-D-M. Por isso Marx conclui que o dinheiro pode ser apenas um símbolo de sua própria quantidade, se considerada apenas a função de meio de troca<sup>18</sup>. Do ponto de vista da dialética, dos pressupostos lógicos do universal e do particular, há também uma oposição entre o dinheiro enquanto medida do valor e meio de troca:

“Pode ser dito do dinheiro, enquanto simples meio de circulação, que ele deixa de ser mercadoria (mercadoria particular) porquanto seu material é indiferente e ele ainda somente satisfaz as necessidades da troca própria (...). Por outro lado, pode ser dito dele que ele somente é mercadoria (mercadoria universal), a mercadoria em sua forma pura, indiferente a sua particularidade natural e, portanto, indiferente a todas as necessidade imediatas, sem relação natural com qualquer necessidade definida em si.” (Marx, 1983, p. 143)<sup>19</sup>

Entretanto, se a mercadoria sai da esfera da circulação para ser consumida, o dinheiro permanece sempre nela, descrevendo um *perpetuum mobile*. Portanto, do ponto de vista do dinheiro, está pressuposto na circulação simples um segundo movimento: dinheiro-mercadoria-dinheiro (D-M-D). Não só há uma diferença lógica entre os dois movimentos, o primeiro tendo uma diferença qualitativa, e o segundo uma apenas quantitativa, como agora o processo aparece como um fim em si mesmo, o dinheiro tem de sair de circulação para completar o círculo mesmo, o que acaba por contradizer sua função de meio de troca. Assim, somo levados à terceira função do dinheiro.

Nos *Grundrisse*, a terceira determinação do dinheiro, ou função em nossa leitura, é a do dinheiro como representante universal material da riqueza<sup>20</sup>. Primeiramente, o dinheiro aparece nessa função enquanto tesouro, acumulação de

---

<sup>18</sup> Em *Para Crítica* e *O Capital* as funções de medida do valor e meio de troca também entrarão em contradição quanto ao seu material, mas por um caminho bem distinto.

<sup>19</sup> Ed. Boitempo: p. 237

<sup>20</sup> Reichelt (1973), em seu livro, considera apenas três determinações, e não cinco como o fazemos, do dinheiro, incluindo as funções de entesouramento e de meio de pagamento sob o conceito de ‘representante universal material da riqueza’. De fato, Marx mantém essa estrutura de exposição também em *Para Crítica* e n’*O Capital*, quando inclui entesouramento e meio de pagamento sob o título de ‘dinheiro’. Achemos importante ressaltar essa diferença, embora nos escape uma discussão das implicações desse diferente modo de tratamento das funções do dinheiro.

objetos de luxo ou de dinheiro simplesmente. Enquanto tesouro, o dinheiro adquire uma existência independente da circulação, entretanto surgida da própria circulação; está, portanto, em relação negativa com esta, ou, pode-se também formular, é a relação negativa da circulação consigo mesma.

Como as duas pontas dessa forma de circulação que origina essa terceira determinação do dinheiro são qualitativamente iguais, acarretando que sua única diferença lógica seja a quantitativa, Marx vê no dinheiro como representante material universal da riqueza a forma latente do capital. Em sua terceira função, o dinheiro pode funcionar produtivamente, e assim deve funcionar, se quiser manter-se adequado ao seu conceito. Por isso o capital:

“está posto como instrumento de produção, no que a circulação não aparece mais em sua primeira simplicidade como troca quantitativa, mas sim como processo da produção, o metabolismo real. Assim está o dinheiro determinado como um momento particular desse processo de produção...” (Marx, 1983, p. 146)<sup>21</sup>

Como capital, o dinheiro só pode existir onde também exista o trabalho assalariado, pois somente nessa forma o trabalho é mercadoria, e pode, deste modo, produzir imediatamente valor de troca, logo, dinheiro. Vemos, portanto, que nos *Grundrisse* Marx procura dar uma explicação estritamente lógica para o assalariamento, e não apenas como uma forma de exploração.

Como representante material universal da riqueza, o substrato material do dinheiro volta a ganhar importância, em contraposição à função de meio de troca, pois agora o dinheiro é o fim mesmo da circulação, e não mais mero mediador. Assim, ele nega o seu caráter de signo de valor, precisando ser a encarnação material do valor mesmo. Assim, juntando-se a importância de sua materialidade com a importância de sua quantidade, compreende-se a terceira determinação, nos *Grundrisse*, do dinheiro como a unidade das duas precedentes (Reichelt, 1973). Enquanto medida dos valores, sua materialidade era crucial, mas sua quantidade, presente, indiferente. Já enquanto meio de circulação, o dinheiro é apenas forma evanescente das mercadorias, e, portanto, sua materialidade é indiferente, mas sua quantidade real é crucial para a realização das compras e vendas. Assim, vê-se que a relação entre materialidade (qualidade) e

---

<sup>21</sup> Ed. Boitempo: PP 241-241.

quantidade, que aparecia de modo contraditório nas duas primeiras funções é agora resolvida no dinheiro enquanto representante material universal da riqueza.

Por fim, vemos na última função do dinheiro a unificação do universal com o particular. Agora, o dinheiro é o representante *universal* da riqueza, do valor de troca enquanto tal, e por isso mesmo a mercadoria *particular* onde tal conceito se realiza. Se para as mercadorias particulares o valor de troca é uma forma, pela qual uma única mercadoria pode satisfazer uma gama geral de necessidades, no dinheiro, sob o ponto de vista aqui considerado, o valor de troca não é apenas uma forma, mas seu conteúdo mesmo. Forma e conteúdo são dialeticamente conciliados, ou coincidem, como afirma Reichelt (1973). Porém, o universal só pode manter-se enquanto tal em relação com o particular. Por isso deve o dinheiro ser posto na circulação constantemente. Posto na circulação para ser acumulado; e só pode ser acumulado através da circulação. Como capital, então, o dinheiro torna-se adequado ao seu conceito.

## **Para Crítica da Economia Política**

### *A mercadoria*

A primeira mudança fundamental que se encontra em *Para Crítica* com relação aos *Grundrisse* é o fato de o ponto de partida ser a mercadoria e não o dinheiro. Deste modo, teremos uma exposição mais precisa e organizada da teoria do valor. Primeiramente, Marx apresenta a mercadoria enquanto forma, isto é, unidade das determinações de valor de uso e valor de troca. Tal síntese formal faltava nos *Grundrisse*, sendo a mercadoria, lá, tratada como o equivalente a produto.

A definição de valor de uso não parece ser problemática, e nos concentraremos sobre a de valor de troca para verificar os significados da posterior diferenciação entre valor e valor de troca. Valor de troca “aparece, primeiramente, como a *relação quantitativa* na qual os valores de uso trocam-se entre si.” (Marx, 1961 [1859], p. 16)<sup>22</sup>. Ademais, enquanto valores de troca, as mercadorias representam diferentes porções da mesma unidade, a de trabalho, mais especificamente, trabalho abstratamente geral (abstrakt allgemeine Arbeit). E o tamanho dessas diferentes porções mede-se através do tempo de trabalho.

---

<sup>22</sup> *Para Crítica da Economia Política* Ed. Os Economistas: p. 34

Temos, portanto, uma formulação bastante similar à dos *Grundrisse*: valor de troca sendo determinado pelo tempo de trabalho. O ganho de precisão foi entender a característica desse trabalho, abstrata, em contraposição ao trabalho concreto, que põe valor de uso, conceito anteriormente ausente. Há ainda um ponto importante discutido por Marx: o tempo de trabalho que é substância do valor de troca é determinado socialmente pelas condições gerais de produção de uma mercadoria em uma sociedade em determinada época, ou seja, o ‘tempo de trabalho *necessário*’. Tais condições gerais de produção dão ao trabalho o seu caráter *social*. Vê-se que temos aqui todos os elementos da formulação da definição mais precisa que aparecerá no *Capital*, a de ‘tempo de trabalho socialmente necessário’. Faltou somente a síntese desse conceito.

Dispondo do conceito de mercadoria enquanto unidade de valor de uso e valor de troca, Marx pode deduzir o dinheiro a partir desta. A oposição que aparecia apenas como externa nos *Grundrisse* será consequência, agora, da contradição interna da mercadoria. Não é por acaso que, tanto aqui como em *O Capital*, Marx deduz o dinheiro no capítulo destinado à mercadoria, e não no destinado especificamente ao dinheiro.

É justamente pelo fato de que agora o dinheiro é deduzido a partir da mercadoria que encontramos, em *Para Crítica*, o desdobramento de uma simples relação de igualdade  $x_A = y_B$  até a forma de equivalente geral, embora de maneira menos sistematizada do que n’*O Capital* e sem o conceito de forma relativa do valor. Resumidamente, Marx indica que o valor de troca de uma mercadoria só encontra expressão real na equiparação com outra mercadoria, sendo a quantidade destas regulada pelo tempo de trabalho. Daí o real valor de troca de uma mercadoria ‘A’ ser estabelecido através de uma interminável sequência de equiparações com mercadorias ‘B’, ‘C’, ‘D’ etc. Invertendo-se essa série de equações, temos que a mercadoria ‘A’ é isolada como equivalente geral, ou meio de troca geral, objetivação do tempo de trabalho geral. A mercadoria que é isolada como equivalente geral ganha assim um segundo valor de uso, ao lado do seu originário: o de sua própria determinação formal de ser portadora do valor de troca.

Assim chegamos ao conceito de dinheiro em *Para Crítica*: dinheiro é a mercadoria na qual se cristaliza a forma de equivalente geral, desenvolvimento necessário da mercadoria e resultado da alienação multilateral dos produtos de uma sociedade. Em contraposição aos *Grundrisse*, onde o dinheiro poderia também ser um

símbolo, ao menos em sua função de meio de troca, Marx faz uma importante observação em relação ao dinheiro: “O Dinheiro não é um símbolo, tampouco como a existência de um valor de uso enquanto mercadoria o é.” (Marx, 1961 [1859], p. 34)<sup>23</sup>.

Por fim, Marx deduz as características físicas que o equivalente geral deve ter a partir de suas determinações formais. Tal como nos *Grundrisse* são elas: ductibilidade, durabilidade e uniformidade, de modo a poder conservar o valor e representar tantas partes alíquotas deste quanto necessário. São os metais nobres que melhor reúnem tais características.

### *Apontamentos históricos para a análise da mercadoria*

Ao contrário de *O Capital*, em *Para Crítica* encontramos seções sobre história do pensamento econômico como parte da estrutura do texto. Após tratar de um assunto sobre seu ponto de vista, Marx retoma as teorias que o precederam, e a crítica destas é a justificativa da posição própria do autor. Assim, há três seções neste texto sobre história da teoria econômica: ‘Apontamentos históricos sobre a análise da mercadoria’, concluindo o capítulo sobre a mercadoria; ‘Teorias da unidade de medida do dinheiro’, após a seção sobre o dinheiro como medida do valor; e ‘Teorias sobre meio de circulação e dinheiro’, ao fim do capítulo sobre o dinheiro. Os apontamentos históricos de Marx fogem ao escopo imediato deste trabalho. Entretanto, vale a pena considerar brevemente a retirada das seções sobre história da teoria d’*O Capital*, pois isso reflete uma reorientação do plano geral de exposição da obra.

Roman Rosdolsky (2001) expõe dois planos de estrutura elaborados por Marx para sua obra econômica, que explicam a retirada das seções sobre história do pensamento:

#### Plano de 1857

- I. Sobre o capital.
- II. Sobre a propriedade da terra.
- III. Sobre o trabalho assalariado.
- IV. Sobre o Estado.
- V. Sobre o comércio exterior.
- VI. Sobre o mercado mundial e as crises.

---

<sup>23</sup> Ed. Os economistas:p. 44

## Plano de 1865

- I. O processo de produção do capital.
- II. O processo de circulação do capital.
- III. O processo global da produção.
- IV. História da Teoria (Rosdolsky, 2001, pp. 28-29).

Vê-se claramente que a ausência dos capítulos sobre história n' *O Capital* refletiu a decisão de Marx de dedicar-lhes um livro separado. Entretanto, especialmente na segunda edição de *O Capital* o autor vê-se necessitado a referir-se constantemente à história da teoria econômica.

Uma última observação faz-se necessária ainda sobre esse capítulo, devido a sua relevância para a teoria do valor de Marx. Nele, Marx passa em revista das teorias sobre o valor de troca de William Petty, Boisguilbert, Benjamin Franklin, dos fisiocratas, James Steuart, Adam Smith, David Ricardo e Sismondi. Como conclusão, apresenta o seguinte:

“A análise do trabalho em sua forma dupla, do valor de uso em trabalho real ou em atividade produtiva voltada a um fim, e do valor de troca em tempo de trabalho ou trabalho socialmente uniforme, é o resultado crítico de mais de século e meio de pesquisas da Economia Política clássica, que como começou William Petty na Inglaterra, com Boisguillebert na França, e termina com Ricardo na Inglaterra, e com Sismondi na França.” (Marx, 1961 [1859], p. 37)<sup>24</sup>

Marx parece aqui creditar a sua exposição prévia da mercadoria, das duas formas antitéticas do valor, de uso e de troca, e das formas de trabalho que as geram, à economia política clássica. Entretanto, afirma justamente o contrário nas notas 31 e 32 do primeiro capítulo d' *O Capital*, segunda edição:

“Quanto ao valor em geral, a Economia Política clássica, em lugar algum, distingue expressamente e com consciência clara o trabalho, como ele se representa no valor, do mesmo trabalho, como ele se representa no valor de uso de seu produto.” (Marx, 1962 [1890], p. 94)

“É uma das falhas básicas da Economia Política clássica não ter jamais conseguido descobrir, a partir da análise da mercadoria e, mais especialmente, do valor das mercadorias, a forma valor, que justamente o torna valor de troca.” (Marx, 1962 [1890], p. 95).

---

<sup>24</sup> Ed. Os economistas: p. 47



Julgamos não dispor no momento de elementos suficientes para compreender o motivo de afirmações tão diversas. O mais provável é que tal mudança reflita os estudos empreendidos por Marx de história do pensamento econômico que resultaram nos três volumes de ‘Teorias da mais-valia’. Muito provavelmente tal reavaliação está relacionada com a distinção do conceito de valor de troca e valor empreendida n’*O Capital*.

### *Dinheiro ou a circulação simples*

Encontramos seis determinações, funções, do dinheiro em *Para Crítica*: medida do valor, padrão de preços, meio de circulação, entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial. Medida do valor e meio de circulação já se encontravam presentes nos *Grundrisse*. Padrão de preços é um desdobramento da função de medida do valor. Já as três últimas podem ser entendidas como um desdobramento do ‘dinheiro enquanto representante material da riqueza’, sendo que, de fato, neste texto, Marx já trata das características do dinheiro enquanto tesouro e na esfera de circulação mundial. Meio de pagamento é, assim, a única função inteiramente nova em *Para Crítica*.

Também aqui, a primeira função a ser tratada é a de medida do valor. Essa ordem de exposição deriva da própria lógica das determinações do dinheiro, sendo a de medida do valor a mais imediata, já contida em qualquer relação de equivalência  $X=Y$ , e também pressuposta à de meio de circulação. Como dito, a própria relação simples de equivalência  $X=Y$  já expressa em si, uma relação de medida de valor. O dinheiro ganha sua função de medida de valor por ser a mercadoria na qual todas as outras medem exclusivamente seu valor<sup>25</sup>. Por outro lado, o dinheiro estabelece o seu valor no total da riqueza material de uma sociedade.

Marx preocupa-se ainda em distinguir os aspectos qualitativos e quantitativos dessa função<sup>26</sup>: “Aparecem, por um lado, o caráter *geral* do tempo de trabalho neles contido, por outro, a sua quantidade em seu equivalente dourado.” (Marx, 1961 [1859], p. 51). E do aspecto quantitativo retira-se a definição de preço: a quantidade específica de dinheiro na qual se mede o valor de troca de uma mercadoria. Mais especificamente, “O preço é a forma transfigurada (*verwandelte*) na qual o valor de troca das mercadorias

---

<sup>25</sup>Deste modo, pode-se desdobrar a definição marxiana de dinheiro em ‘a mercadoria que possui exclusivamente a função de medida do valor.

<sup>26</sup> Nas notas 31 e 32 d’*O Capital* acima citadas, Marx critica a economia política por ter enfatizado apenas o aspecto quantitativo, a grandeza do valor, em detrimento do aspecto qualitativo.

*aparece* dentro do processo de circulação.” (Marx, 1961 [1859], p. 51)<sup>27</sup>. É exatamente essa diferenciação entre valor e preço que possibilita a função de medida de valor, pois o tempo de trabalho, que regula o valor de troca, pode se expressar em diferentes quantidades de dinheiro, conforme as mudanças reais na produtividade do trabalho.

Assim, como valor de troca desdobra-se em preço, também a função de medida de valor desdobra-se em padrão de preços. Enquanto padrão de preços, o dinheiro funciona como um determinado peso de metal, ouro ou prata. Portanto, também como o valor de troca só aparece mediado pelos preços, também a função de medida do valor só ocorre mediada pelo padrão de preços. Do fato que o padrão de preços seja um padrão de divisão do ouro em partes alíquotas determinadas pelo peso, compreende-se logo que os nomes originais de diversas moedas sejam uma medida de peso: *libra*, *livre* etc.

O dinheiro em sua função de padrão de preços é chamado por Marx de dinheiro de conta, conceito já presente nos *Grundrisse*. Entretanto, nesse texto, Marx define dinheiro de conta apenas como o dinheiro posto idealmente nas mercadorias, pressuposto da função de meio de troca. Já em *Para Crítica*, além de ser também posto idealmente nas mercadorias, o dinheiro de conta ganha a característica adicional de ser deduzido do padrão de preços, ou seja, o dinheiro de conta é a utilização de pesos de ouro para a estimação dos preços.

Marx finaliza a seção sobre medida do valor com uma discussão sobre as teorias da unidade de medida. O autor resume as posições apresentadas em dois grupos: o da ‘unidade de medida ideal do dinheiro’ e o do ‘tempo de trabalho como unidade de medida imediata’. De maneira geral, o primeiro grupo confunde o dinheiro com o seu substituto puramente simbólico que ocorre em sua função de meio de circulação, do que deriva também uma controvérsia sobre conversibilidade ou não conversibilidade. Quanto ao segundo grupo, lhe são dirigidas basicamente as mesmas críticas que a Proudhon.

Passemos à função de meio de troca. A função de meio de troca coincide com a exposição da circulação simples: M-D-M. Sob esse ponto de vista, o dinheiro é mero mediador do metabolismo social de produtores individuais. É meramente uma forma

---

<sup>27</sup> Ed. Os economistas: p. 56

que a mercadoria tem de assumir em seu transcurso para satisfazer as necessidades de um produtor que produz valores de uso não para si mesmo.

Na função de meio de troca, o dinheiro agora tem de aparecer como dinheiro real, ao qual o dinheiro apenas idealmente posto no preço é um pressuposto, para poder realizar a troca de posições entre a mercadoria e o dinheiro. A venda é, portanto, chamada de realização. Considerada a realização, o dinheiro é sempre meio de compra, conceito ausente nos *Grundrisse*, independentemente se do ponto de vista do vendedor ou do comprador. Perde-se assim de vista, no processo cotidiano da troca, a totalidade do movimento antitético da mercadoria, e apresenta-se a impressão de tratarem-se apenas de vendas e compras que se esgotam após sua efetivação imediata. Marx chama ainda a função de meio de troca de meio de circulação, porquanto aquela só se efetiva no processo de circulação ininterrupto das mercadorias.

Sobre o aspecto da quantidade necessária de meio de circulação, o autor apresenta, primeiramente, a mesma teoria já presente nos *Grundrisse*. A quantidade necessária de ouro para a circulação é determinada pela soma dos preços de uma economia dividida pela velocidade média do curso das unidades do ouro, e não o nível geral dos preços pelo meio de circulação. A principal diferença em relação aos *Grundrisse* é que, em *Para Crítica*, Marx diferencia os conceitos de dinheiro e de moeda. Em relação ao segundo, ele está de acordo com a teoria quantitativa da moeda, segundo a qual o nível dos preços é determinado pela quantidade de meio circulante. Senão vejamos.

Ao realizar sua função de meio de troca, as moedas de ouro ou prata necessariamente se desgastam, de modo que acabam por apresentar um peso menor do que aquele que foi cunhado em sua face. Para que a circulação não seja interrompida por essas dificuldades técnicas, a legislação fixa uma tolerância para a perda de peso das moedas. Entretanto, essa diferença que se estabelece entre o conteúdo real e o conteúdo nominal das moedas faz com que essa se torne realmente um signo de seu próprio valor. Define-se assim o conceito de moeda, um signo do valor com caráter local e político, por oposição ao dinheiro, que se realiza adequadamente na esfera mundial, sendo o papel-moeda<sup>28</sup> a forma mais acabada do signo do valor.

---

<sup>28</sup>Seria interessante a realização de um estudo do desenvolvimento de formas de representação do dinheiro-mercadoria, de modo a testar as proposições de Marx frente às evidências históricas.

Marx chega assim às mesmas conclusões sobre as contradições entre as funções de medida do valor e de meio de troca às quais chegara nos *Grundrisse*, porém por uma melhor explicação, devido ao novo conceito de moeda aqui exposto. Para a medida do valor, o substrato material é fundamental embora o dinheiro esteja posto apenas idealmente. Ao contrário, no próprio conceito de signo de valor vê-se que sua materialidade é indiferente, e sua presença real, em determinada quantidade, é indispensável para a realização das transações. Deve-se também lembrar que se nos *Grundrisse* o dinheiro *era* um signo do valor em sua função de meio de troca, pois era apenas mediador da troca entre duas mercadorias e não o ponto final da circulação, Marx não diz, aqui, em nenhum momento, que o dinheiro possa ser um signo, mas apenas que ele pode ser substituído por um na esfera da circulação nacional.

O conceito de moeda também permite melhor entender a posição de Marx frente à teoria quantitativa da moeda. O autor discorda da interpretação quantitativa em relação ao dinheiro, ouro, mas concorda com ela em relação ao papel-moeda:

“A quantidade das cédulas de papel é determinada da quantidade de dinheiro-ouro que elas representam na circulação, e, como elas são somente símbolos de valor na medida em que o representam, seu valor é determinado simplesmente pela sua *quantidade*.” (Marx, 1961 [1859], p. 98)<sup>29</sup>.

Ademais, Marx crítica os partidários da teoria quantitativa por observarem unilateralmente a circulação do papel-moeda, ou seja, confundem os conceitos de moeda e dinheiro, e as determinações do dinheiro nas diferentes funções até agora apresentadas.

A partir do conceito de moeda é possível elaborar-se uma interpretação para o fenômeno da inconvertibilidade. Do ponto de vista aqui apresentado pode-se entendê-la como a irreconciliabilidade entre as funções de medida do valor e meio de troca ou de circulação. Ao avaliar-se os artigos que tratam sobre a controvérsia do dinheiro mundial inconvertível, na segunda parte deste trabalho, deveremos atentar para se os autores distinguem corretamente as funções de medida do valor e meio de troca. Deve-se observar também que o fim do lastro em ouro suscita a confusão entre os conceitos de dinheiro e moeda, pois agora um papel-moeda, o dólar, passa a ter a dupla função de signo do valor e de equivalente geral, na medida em que o dólar funciona como dinheiro mundial.

---

<sup>29</sup> Ed. Os economistas: p. 89

Passemos à última seção do capítulo sobre o dinheiro em *Para Crítica*, intitulada simplesmente de *Dinheiro*. Aqui são apresentadas as três funções do dinheiro restantes: entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial. O ponto de partida é, como nos *Grundrisse*, a oposição que se estabelece entre as formas de circulação M-D-M e D-M-D: “Enquanto em M-D-M o metabolismo constitui o verdadeiro conteúdo do processo, constitui-o, em D-M-D, a existência formal da mercadoria, que surge daquele primeiro processo.” (Marx, 1961 [1859], p. 101)<sup>30</sup>.

Como os dois extremos desse segundo processo são qualitativamente iguais, a única diferença possível é quantitativa. Uma diferença quantitativa fere, entretanto, o princípio de troca de equivalentes, o que leva à conclusão de que, se não aceitarmos que o capitalismo baseia-se em uma espécie de roubo perpétuo, nessa forma peculiar de circulação ocultam-se ‘relações de produção mais desenvolvidas’. Ademais, dois pontos devem ser aqui observados. Em primeiro lugar, se na forma de circulação M-D-M o dinheiro é representante geral e passageiro de todas as mercadorias, na forma D-M-D ocorre uma inversão, e todas as mercadorias é que aparecem como representantes do dinheiro. Inversamente, tal como exposto nos *Grundrisse*, o dinheiro torna-se o representante material da riqueza física de uma sociedade. Daí que, em segundo lugar, o dinheiro não possa ser apenas um signo de si mesmo, mas tem de aparecer como o representante concreto do valor de troca<sup>31</sup>.

Chegamos então à função do dinheiro de entesouramento. O entesouramento, a simples acumulação de dinheiro, aparece como primeira decorrência lógica do fato de que, agora, o dinheiro é a própria finalidade e não apenas o mediador da circulação. Por outro lado, para conservar-se a riqueza em sua forma social, o valor de troca cristalizado em uma mercadoria, a mercadoria geral, portanto, tem-se de retirar o dinheiro de circulação. Ora, vê-se prontamente como tal ato contradiz o dinheiro em sua função de meio de circulação, ou meio de compra.

O ato de entesourar significa vincular-se à forma social da riqueza em detrimento de sua forma material, ao valor de troca em detrimento do valor de uso. Entretanto, por possuir apenas diferenças quantitativas, o dinheiro enquanto tal nunca é

---

<sup>30</sup> Ed. Os economistas: p. 91

<sup>31</sup> Assim justifica-se a observação de Marx na seção sobre Darimon dos *Grundrisse*, segundo a qual nas crises comerciais o que é demandado pelo exterior não é simplesmente capital, mas capital na forma específica de ouro.

suficiente, sendo sempre passível de maior acumulação. Sob outro ponto de vista, a acumulação de valor de troca realiza tanto melhor sua modificação qualitativa, sua capacidade de referir-se a uma gama de valores de uso, somente através de uma ininterrupta expansão quantitativa. Portanto, já no dinheiro, antes mesmo do capital, observa-se a característica da má infinitude. Assim, compreende-se que: “Se o tesouro só é aumentado, na medida em que ele é conservado, entretanto ele também só é conservado, na medida em que é aumentado.” (Marx, 1961 [1859], p. 110)<sup>32</sup>. Por fim, deve-se notar que a função de entesouramento cumpre papel importante no equilíbrio do meio circulante, possibilitando-o de contrair-se ou expandir-se conforme a necessidade de circulação de mercadorias. Esta observação sobre a relação entre as funções de entesouramento e meio de circulação não estava presente nos *Grundrisse*, sendo uma novidade de *Para Crítica*.

A penúltima função apresentada por Marx é a de meio de pagamento. Esta é inteiramente nova, não sendo mencionada de nenhuma forma nos *Grundrisse*. Se na função de entesouramento o dinheiro afirmava-se como autonomia do valor de troca fora da circulação, negando-a, como meio de pagamento tal autonomia aparecerá dentro da esfera da circulação, e mesmo dentro da esfera da circulação simples. Vejamos como.

Em sua função de meio de circulação, encontrávamos o dinheiro sempre frente a uma mercadoria, e a troca simultânea da posição de ambos realiza o processo de circulação. Agora, a mercadoria será alienada sem que seja apresentada imediatamente uma quantia de dinheiro como contrapartida, o que deverá ser feito apenas futuramente. Temos, portanto, uma cisão temporal do movimento M-D em M ... D. Assim, as posições sociais de vendedor e comprador são transformadas em credor e devedor respectivamente. O dinheiro já não está mais funcionando como meio de circulação ou meio de compra, pois sua presença imediata já não é mais necessária para que a mercadoria mude de mãos. Ao contrário,

“O dinheiro aparece na circulação como o único equivalente adequado para a mercadoria, como a existência absoluta do valor de troca, como a última palavra do processo de troca, em suma, como dinheiro, e de fato como dinheiro na função definida de *meio de pagamento universal* (allgemeines Zahlungsmittel). Nesta função de meio de pagamento, o dinheiro aparece como a mercadoria absoluta,

---

<sup>32</sup> Ed. Os economistas: p. 98

mas dentro da circulação, e não fora dela, como ocorre com o tesouro.” (Marx, 1961 [1859], p. 118)<sup>33</sup>

Se considerarmos que, para poder pagar a mercadoria anteriormente comprada o devedor deve ter vendido antes alguma mercadoria, vemos que o processo resulta em: M ... M-D. Ou seja, o dinheiro aparece como objetivo final do processo, e não apenas como forma evanescente das mercadorias. Deste modo, afirma-se sua autonomia formal como valor de troca dentro da esfera da circulação, e não mais fora dela, como se dera no caso do entesouramento. Assim, o dinheiro aparece como a mercadoria universal (allgemeine Ware). Por fim, Marx considera que a função de meio de pagamento modifica a quantidade de dinheiro para circulação, pois dívidas e créditos podem compensar-se mutuamente a depender das datas de pagamentos. Deste modo, o dinheiro movimenta o mundo das mercadorias por sua presença apenas ideal e não real.

Em último lugar, Marx trata do conceito, muito brevemente abordado nos *Grundrisse*, de ‘dinheiro universal’, isto é, o dinheiro como ele aparece nas transações internacionais. Na esfera da circulação mundial, o dinheiro despe-se de todas as roupagens nacionais para aparecer como barras de ouro e prata puros. Assim, o dinheiro desenvolve-se como a encarnação mais adequada do valor de troca: ouro e prata são válidos mundialmente, de modo que seu valor relativo torna-se toda a gama de produtos mundiais. Ele é, ao mesmo tempo, expressão do e incentivo ao desenvolvimento do mercado mundial. No contexto do mercado mundial, o dinheiro funciona como meio de troca universal (allgemeines Tauschmittel), executando as funções, desdobradas na esfera mundial, de meio de compra e meio de pagamento.

Antes de começar a seção sobre a história da teoria econômica relacionada a este trecho, Marx retoma as características físicas dos metais nobres que os tornam portadores adequados do valor de troca, questão já discutida ao fim do primeiro capítulo. São novamente apresentadas as características de resistência, comensurabilidade, durabilidade, ductibilidade, ter pouco uso produtivo, mas agora relacionadas mais detalhadamente com as funções do dinheiro discutidas no capítulo. Não há novidades fundamentais em relação aos *Grundrisse*, e o autor repete aqui a descrição da evolução histórica do valor relativo entre ouro e prata.

---

<sup>33</sup> Ed. Os economistas: p. 102-103

A última seção do capítulo sobre o dinheiro de *Para Crítica* consiste, de acordo com sua estrutura que estabelece uma seção sobre história da teoria para cada capítulo, em uma análise sobre ‘Teorias sobre o Meio de Circulação e Dinheiro’. Marx centra-se na a relação entre nível de preços e quantidade do meio circulante, analisando as posições de David Hume, James Steuart, Adam Smith, David Ricardo, James Mill e Thomas Tooke. As críticas de Marx a estes teóricos, com exceção de Thomas Tooke, consistem basicamente em que eles confundiriam moeda com dinheiro, quando não formas do dinheiro que não pertencem à circulação simples, como notas bancárias ou o dinheiro creditício; ou então que eles não analisariam a relação entre nível de preços e quantidade do meio circulante sobre o pressuposto de um valor fixo do dinheiro, confundindo, portanto, o fenômeno de elevação do nível dos preços como causa da expansão do meio circulante, quando ambos são, sob o pressuposto do padrão ouro, consequências da desvalorização real do ouro. É ainda interessante notar que Marx tira suas conclusões sobre a teoria monetária, aparentemente integralmente, de Thomas Tooke, cujas pesquisas empíricas sobre as oscilações dos preços entre 1793 e 1856<sup>34</sup> levaram-no às mesmas opiniões expostas por Marx.

## O Capital

Uma rápida comparação entre os índices de *O Capital* e *Para Crítica* mostra que Marx conservou boa parte da estrutura do primeiro texto no segundo, de modo que não é incorreto considerar o primeiro texto como uma elaboração e continuação do segundo, sendo que entre *Para Crítica* e a primeira edição d’*O Capital* há um hiato de oito anos. Devido à grande similaridade de conteúdo entre os textos, abordaremos n’*O Capital* especialmente suas diferenças em relação a *Para Crítica*. Antes disso, porém, faz-se necessário comparar as duas edições de *O Capital* que Marx escreveu em vida, a de 1867 e de 1872, pois elas apresentam algumas diferenças importantes, especialmente no conteúdo do primeiro capítulo.

---

<sup>34</sup>Ver Thomas Tooke: *History of Prices and of State of the Circulation during the Years of 1703-1856*.



### *As diferenças entre a primeira e a segunda edição do Capital*

As diferenças significativas, isto é, excetuando-se pequenas modificações na forma de expressão do texto, entre as duas edições d'*O Capital* encontram-se no primeiro capítulo, 'A Mercadoria', e na primeira seção, 'medida do valor', do terceiro capítulo, 'Dinheiro ou a Circulação Simples'.

Começemos pelo capítulo da mercadoria. A primeira mudança que se faz notar é a ausência na edição de 1867 da subdivisão do capítulo em seções tal como na edição de 1872, a saber: 1º 'Os dois fatores da mercadoria', 2º 'O duplo caráter do trabalho representado na mercadoria', 3º 'A forma do valor ou o valor de troca', 4º 'O fetiche da mercadoria e seu segredo'. Entretanto, não se deve superestimar esse acréscimo à segunda edição, pois Marx aborda os mesmos assuntos e em igual ordem em ambas as edições. Ele deve ser entendido principalmente como um melhoramento editorial da organização do texto, para torná-lo mais inteligível ao grande público. Apoiamos nossa opinião em uma carta de Engels a Marx em 16 de junho de 1867, e que levou Marx a escrever um 'Anexo sobre a Forma do Valor' para a primeira edição:

“você certamente ainda pode fazer uma digressão muito boa, que prove ao filisteu por um modo histórico a necessidade da constituição do dinheiro e o processo que aí ocorre. Você cometeu o grande erro de não ilustrar o curso de pensamento desse desenvolvimento abstrato com pequenas subdivisões e subtítulos. Você deveria ter tratado esse trecho na forma da enciclopédia hegeliana, com parágrafos curtos, destacando cada transição dialética através de títulos imprimindo possivelmente todas as digressões e simples ilustrações com caracteres especiais. Tudo teria parecido mais pedante, mas o entendimento para uma grande quantidade de leitores teria sido essencialmente facilitado.” Apud (Marx, 1983 [1867], p. 673)<sup>35</sup>

A principal mudança de conteúdo entre as duas edições é a diferenciação, na segunda, entre os conceitos de valor e valor de troca. Qual o significado dessa mudança? Acreditamos que, antes de representar uma grande transformação na teoria marxista do valor, ela antes exprime melhor conceitos que já estão subentendidos desde os *Grundrisse*.

Como Marx diferencia valor e valor de troca na segunda edição? Em primeiro lugar, “O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie...” (Marx, 1962 [1890], p. 50)<sup>36</sup>. De modo que, “... o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a “forma de manifestação” de um conteúdo dele distinguível” (Marx, 1962

---

<sup>35</sup> Não existe tradução de nosso conhecimento da primeira edição d'*O Capital*

<sup>36</sup> Edição d'*O Capital* de Os Economistas: p. 166

[1890], p. 51). E tal conteúdo cuja forma de expressão é o valor de troca consiste em “dispendio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida (...). Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas [as mercadorias] valores – valores mercantis” (Marx, 1962 [1890], p. 52)<sup>37</sup>.

O fundamental do raciocínio é que a proporção na qual os valores de uso são trocados é determinada pela quantidade de trabalho, abstrato, despendido em cada uma das mercadorias que se trocam. Semelhante raciocínio é encontrado nos *Grundrisse*: “Cada mercadoria (produto ou instrumento de produção) é = à objetivação de um determinado tempo de trabalho. Seu valor, a proporção na qual ele troca-se com outras mercadorias ou outras mercadorias trocam-se com ela, é = à quantidade de tempo de trabalho nela realizada” (Marx, 1983, p. 75)<sup>38</sup>. Mais adiante Marx também intui que o valor, ou valor de troca, tem de ser algo qualitativamente diferente da mercadoria em suas determinações naturais, embora ainda não consiga definir o que constitui a qualidade específica do valor de troca.

Já em *Para crítica* encontramos os conceitos melhor definidos:

“O valor de troca aparece, primeiramente, como a *relação quantitativa* na qual valores de uso trocam-se entre si. Em tal relação eles constituem a mesma grandeza de troca ... as mercadorias cobrem-se em uma determinada quantidade, repõe-se mutuamente na troca, valem como equivalente, e apresentam a mesma unidade, apesar de sua aparência multicolorida.” (Marx, 1961 [1859], p. 16)<sup>39</sup>.

E a unidade representada pelo valor de troca é o trabalho geral abstrato, cuja medida é representada pelo tempo de trabalho. Marx define assim o tempo de trabalho abstrato como a *substância* e a medida do valor de troca. Vê-se que, em *Para Crítica*, existe uma diferença entre a forma de aparência e a substância que nela se exprime, por mais que não haja a diferença explícita entre valor e valor de troca. Nesse contexto, valor de troca adquire o significado ora de forma de aparência, isto é, uma equação simples  $X=Y$ , e na maioria das vezes de substância, o trabalho abstrato.

Entendemos ser esse o caso também na primeira edição d’*O Capital*, como fica patente nas seguintes passagens:

“O valor de troca aparece, primeiramente, como a *relação quantitativa*, a proporção, na qual valores de troca de um tipo trocam-se com valor de troca de outro tipo...” (Marx, 1983 [1867], p. 18);

---

<sup>37</sup> Edição d’*O Capital* de Os Economistas: p. 168

<sup>38</sup> Ed. Boitempo: p. 134

<sup>39</sup> Ed. Os economistas:p.34

“À primeira vista, sua relação de troca mostra que a substância do valor de troca é algo completamente diferente e independente da existência física e palpável das mercadorias ou de sua existência como *valores de uso*... Deve-se, portanto, examinar, em primeiro lugar, as mercadorias como *valor* puramente, independentemente de sua proporção de troca, ou da *forma*, na qual elas *aparecem* como *valores de troca*.” (Marx, 1983 [1867], p. 19).

Inclusive Marx afirma na nona nota de rodapé, que se refere à passagem acima: “Quando utilizarmos mais a frente a palavra ‘*valor*’ sem maiores especificações, trata-se sempre de *valor de troca*.” (Marx, 1983 [1867], p. 19). O uso do mesmo conceito para substância e forma na primeira edição d’*O Capital* é menos ainda justificado, pois Marx toma um maior cuidado de analisar aqui a forma do valor, isto é, desenvolve a conexão, apenas esboçada em *Para Crítica*, entre as formas simples, desdobrada do valor relativo e a do equivalente geral.

De acordo com o acima exposto, entendemos ser a diferenciação entre valor e valor de troca não uma novíssima descoberta de Marx à época da segunda edição d’*O Capital*, mas antes uma melhor adequação dos conceitos ao seu conteúdo. Com a diferenciação estabelecida na segunda edição, define-se um conceito para forma e outro para conteúdo, o que colabora para melhor clareza de exposição. Fosse a introdução do conceito de valor uma revolução na teoria marxiana, seria de se esperar que também se modificasse substancialmente sua discussão sobre o dinheiro. Todas as funções do dinheiro já estão expostas, entretanto, em *Para Crítica*. Também na edição de 1867 já encontramos a seção sobre o fetiche da mercadoria com suas principais conclusões, de modo que não é a elaboração do conceito de valor que levou Marx a redigi-la. A vigésima nota, acrescentada à edição de 1872, oferece ainda outra perspectiva do benefício da utilização de dois conceitos distintos para forma e substância: tal distinção impede que se tente contestar a teoria do valor trabalho através da incongruência entre a grandeza de valor e a sua expressão relativa, tal como fazia a economia vulgar.

A seção que discorre sobre a forma do valor também sofreu algumas mudanças entre 1867 e 1872. Primeiramente, Marx melhorou sua organização, dividindo-a em subseções com títulos que guiam a leitura. Também reformulou algumas passagens e modificou a ordem de parágrafos. Do ponto de vista do conteúdo consiste em que Marx não especifica, na primeira edição, a forma dinheiro como sendo a cristalização da forma equivalente geral em ouro, fato que o leitor tem de, portanto, pressupor. Há também na edição de 1867 uma quarta forma, a forma relativa geral, que, na edição de

1872 é exposta como uma peculiaridade da forma relativa geral, não ganhando tal autonomia na exposição.

Por fim, na seção sobre o ‘Fetichismo da Mercadoria’ não encontramos mudanças substanciais, senão em algumas formulações, reorganização da ordem de alguns parágrafos etc. Em 1867, Marx já havia formulado a famosa ideia da reificação.

Passemos diretamente ao terceiro capítulo, pois o segundo capítulo, o processo de troca das mercadorias não sofreu modificações. Na primeira seção deste capítulo, ‘Medida do Valor’, tampouco encontramos diferenças substanciais, mas antes, novamente, algumas reformulações. Todo o resto do capítulo segue igual, salvo pequenas mudanças de palavras.

Vemos, portanto, que as únicas diferenças substanciais entre as duas edições feitas por Marx de *O Capital* referem-se ao primeiro capítulo, especialmente no que concerne a diferenciação estabelecida em 1872 entre valor e valor de troca. Como argumentamos, essa distinção reflete questões teóricas já anteriormente presentes nos escritos de Marx, e deve ser compreendida menos do que como uma grande modificação do que como uma melhor exposição do conteúdo através de dois conceitos distintos.

### *O anexo sobre ‘a forma do valor’*

Conforme dito em nosso primeiro relatório, descobrimos no transcorrer de nossa pesquisa um ‘anexo sobre a forma do valor’, ou simplesmente anexo ao capítulo um de acordo com Marx, que parece ter sido escrito por encorajamento de uma carta de Engels, exposta mais acima, e o qual passamos a analisar agora. Vê-se rapidamente que esse anexo corresponde à seção do primeiro capítulo da segunda edição d’*O Capital* ‘A forma do valor ou valor de troca’, contendo predominantemente pequenas diferenças na linguagem ou na forma de expressão utilizadas por Marx, mas também algumas diferenças de conteúdo, que devem ser ressaltadas, quando estas não se devem ao fato de que Marx já tratou de determinado assunto no corpo do texto principal da primeira edição d’*O Capital*.

A primeira diferença a ser ressaltada diz respeito à seção sobre a forma simples do valor. Nesse ponto, o conteúdo de ambos os textos, o anexo à primeira edição e a segunda edição d’*O Capital*, é o mesmo, embora Marx adicione mais exemplos e desenvolva mais alguns trechos na segunda edição. Entretanto, em seu anexo, o autor

ressalta, sob a letra ‘c’ (1983 [1867], p. 628), que ambas as formas relativa e equivalente são apenas *formas* do valor, trecho suprimido posteriormente. Assim, conclui Marx: “Em seu conteúdo são ambas as expressões: 1) 20 varas de linha = 1 saia, ou: 20 varas de linha valem uma saia, 2) 1 saia = 20 varas de linha, ou: uma saia vale 20 varas de linha, completamente idênticas. Em sua forma são elas não somente diferentes, mas opostas.” (Marx, 1983 [1867], p. 23). Entendemos ser importante essa observação frente ao fato de que muitos autores marxistas, inclusive alguns que comentaremos na segunda parte deste trabalho, tendem a interpretar o dinheiro, e, portanto, a forma equivalente do valor como ‘pura forma do valor’ ou a única e exclusiva forma do valor. Ao contrário, Marx ressalta que ambas as pontas da equação de troca são formas do valor, embora possa se considerar que a forma equivalente, e, por consequência, o dinheiro, seja sua forma mais *adequada*<sup>40</sup>.

Em seguida, Marx afirma, em ambos os textos, que a forma equivalente não pode conter, por sua forma mesma, uma determinação quantitativa. Na segunda edição d’*O Capital*, porém, o autor enfatiza que a forma equivalente, ou a mercadoria que nela se encontra, nunca pode exprimir sua própria grandeza de valor, sendo somente ‘determinada quantidade de uma coisa’, ou seja, a forma preço. O anexo sobre a forma do valor também contém a análise da forma equivalente, incluindo as três peculiaridades (*Eigentümlichkeiten*) dessa forma e uma adicional, segundo a qual o ‘fetichismo da forma mercadoria é mais notável (*frappant*)’ na forma equivalente. A retirada desta quarta peculiaridade na segunda edição d’*O Capital* não nos parece ser de grande importância para o desenvolvimento do argumento, pois Marx desenvolve também nesta edição a seção sobre o fetiche da mercadoria. Podemos, portanto, considerá-la mais como uma curiosidade deste anexo.

Logo após apresentar tal quarta peculiaridade da forma equivalente, Marx apresenta em seu anexo à primeira edição o quarto tópico sobre a forma simples do valor: “Tão logo o valor aparece autonomamente, ele adquire a forma de valor de troca (...) O valor de troca é (...) a forma autônoma de aparição do valor da mercadoria.” (Marx, 1983 [1867], pp. 638-639). Ora, tal como na segunda edição d’*O Capital*, Marx estabelece aqui a relação de forma e conteúdo para valor de troca e valor

---

<sup>40</sup> As épocas de hiperinflação parecem exemplificar como o dinheiro é apenas uma das formas do valor, pois, nesse caso, este perde sua adequação como forma do valor, procurando a maioria dos consumidores trocá-lo o mais rápido possível por mercadorias, ou a forma relativa do valor.

respectivamente, faltando somente a advertência, tal como na segunda edição, de que sua utilização até então do termo ‘valor de troca’ era rigorosamente incorreta, devendo-se somente à tradição que o termo possuía na economia política (Marx, 1962 [1890], p. 75). Pode-se, portanto, remontar a diferenciação do conceito de valor do de valor de troca, uma das principais diferenças entre as duas edições d’*O Capital* revisadas por Marx, ao ‘anexo sobre a forma do valor’ à primeira edição desse texto. Por se tratar o anexo de uma pequena adição ao texto original, e não uma reformulação do mesmo, tal fato reforça nossa interpretação exposta mais acima (p. 25) de que a introdução do conceito de valor é o resultado de um contínuo refinamento buscado pelo autor no uso de seus conceitos, de modo a melhor adequá-los a seus respectivos conteúdos.

O resto da seção sobre a forma simples do valor segue então, em ambos os textos, o mesmo conteúdo, de modo que é possível dispensar maior detalhamento sobre ele. A seção sobre a forma desdobrada do valor do *anexo* foi também inteiramente aproveitada por Marx na segunda edição d’*O Capital*, tendo sido apenas acrescentado um parágrafo no qual o autor argumenta que a forma desdobrada do valor evidencia que é a grandeza do valor das mercadorias que regula sua relação de troca, e não o contrário, fato que poderia parecer casual ainda na forma simples do valor.

Por fim, as seções sobre as formas geral e dinheiro do valor são novamente muito similares no *anexo* e na segunda edição d’*O Capital*. Marx segue os mesmos tópicos, mudando ou adicionando eventualmente algumas frases ao texto. Um ponto no *anexo*, entretanto, merece ser ressaltado, pois não aparece na segunda edição d’*O Capital*. No *anexo*, o autor enfatiza que o processo de exclusão de uma mercadoria na forma de equivalente geral é objetivamente social, ao passo que a exclusão na forma relativa desdobrada, segunda forma, pode ser um processo subjetivo, como o de um produtor que avalia sua mercadoria em termos de outras mercadorias.

De acordo com o exposto, vê-se que o anexo sobre a forma do valor à primeira edição d’*O Capital* constitui a essência da seção correspondente na segunda edição ‘a forma do valor ou o valor de troca’. Os melhoramentos trazidos por esta seção já indicados (p. 25-26) foram, portanto, elaborados já à época da primeira edição, inclusive a diferenciação entre valor e valor de troca, embora Marx tenha-a enfatizado somente na segunda edição.

## *As diferenças entre O Capital e Para Crítica da Economia Política*

### *A Mercadoria*

A primeira diferença entre os dois textos é a introdução do conceito de valor n' *O Capital*, fato do qual já tratamos mais acima e ao qual se aplicam as mesmas conclusões que tiramos da comparação entre as duas edições d' *O Capital*. Seguindo na comparação entre os respectivos capítulos sobre a mercadoria, observamos que Marx estava sempre preocupado em refinar suas definições. É o caso da definição das características do trabalho abstrato, conforme já acima referido. Enquanto em *Para Crítica* encontra-se apenas o conceito de 'trabalho necessário', n' *O Capital* este conceito é aprimorado para 'trabalho socialmente necessário', de fato mais adequado à sua definição, que não deixa de ser a mesma em ambos os textos: “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho.” (Marx, 1962 [1890], p. 53).

Embora não haja grandes modificações no conceito de tempo de trabalho socialmente necessário entre *Para Crítica* e *O Capital* neste ponto da exposição, gostaríamos de aventar uma hipótese sobre essa pequena modificação no conceito com base em indicações de Harvey (2010) e Reichelt (1973).

Segundo Harvey, Marx difere-se de Ricardo, que já havia “recorrido ao conceito de tempo de trabalho como valor” (2010, p. 20), ao inserir o termo 'socialmente necessário', embora não dê maior precisão sobre o significado adicional implicado pelo advérbio 'socialmente' por ele introduzido. Reichelt, por sua vez, pretende esclarecer o conceito atribuindo-lhe um duplo ponto de vista. O primeiro é o explicitado por Marx, de que o valor contido nas mercadorias é determinado pelo tempo médio de trabalho requerido para sua produção. O segundo refere-se à distribuição do trabalho social nas diversas esferas de produção em correspondência às diversas necessidades. Este segundo ponto introduz a influência do valor de uso: caso algum ramo de produção produza mais de uma mercadoria do que aquilo que é requisitado pela sociedade, o socialmente necessário, parte da produção deste ramo fica como que 'sem valor' – o que se percebe mais concretamente através de uma redução dos preços da mercadoria em questão.

A hipótese que gostaríamos de avançar aqui é que a introdução do advérbio ‘socialmente’ ao conceito de trabalho necessário reflete sua maturação no sentido de adoção do segundo sentido apontado por Reichelt. Um trecho das *Teorias da Mais-Valia*, obra escrita entre a redação de *Para Crítica* e *O Capital*, ajuda a justificar tal hipótese: “Tal como era um condição para as mercadorias que elas fossem vendidas por seus valores, que contivessem somente o tempo de trabalho socialmente necessário, ocorre o mesmo com toda uma esfera de produção do capital, na qual só deve-se despendar a parte necessária da totalidade do tempo de trabalho da sociedade, somente o tempo de trabalho requerido para a satisfação dessa necessidade social. Se se despende mais que o necessário, cada mercadoria individual pode até conter somente o tempo de trabalho necessário, como também pode conter valor de uso; a soma delas, entretanto, perde, sob o pressuposto dado, uma parte de seu valor de uso” (*Teorias da Mais Valia II* p. 517 *apud* Reichelt, 1973, pp. 176-177)<sup>41</sup>.

O terceiro ponto de diferença que chama atenção é a dedução do dinheiro a partir da mercadoria. Se em *Para Crítica* encontramos o raciocínio em que se baseia a exposição das formas do valor, simples, desdobrada e geral, sumariamente exposto, vemos que n’*O Capital* Marx dedica longa e detalhada análise às formas de valor. Primeiramente, essa análise reflete a maior consciência de Marx no tratamento da diferenciação entre forma e conteúdo de valor, demonstrada pela própria diferenciação entre valor e valor de troca, e explicar a incongruência entre a grandeza de valor e sua forma de expressão.

Ademais, ela é também uma resposta de Marx ao que ele vê como uma insuficiência da economia política, que enxerga na relação de valor apenas uma relação quantitativa. A possibilidade de uma relação quantitativa se dá sempre devido a uma redução qualitativa, insiste o autor. E é através da análise dos pressupostos qualitativos da relação de valor que Marx chega a três importantes conclusões, ausentes em *Para Crítica*, sobre a forma equivalente: o valor de uso torna-se expressão de seu contrário, valor; o trabalho concreto torna-se expressão do trabalho abstrato; e o trabalho privado torna-se expressão do trabalho imediatamente social. Vemos, portanto, que o nexos entre valor e o dinheiro ficam muito melhor justificadas n’*O Capital* do que em *Para Crítica*,

---

<sup>41</sup> Ed. Unicamp: p 182



pois as determinações do valor, ser trabalho socialmente posto e abstrato, *aparecem* de forma reluzente no equivalente geral, ou dinheiro.

Ora, é justamente por ter melhor formulado a conexão entre o valor e o dinheiro, e melhor analisado a forma do valor, e, portanto, a própria mercadoria, é que Marx chega à formulação do fetiche da mercadoria n’*O Capital*. De fato, a ideia de relações sociais reificadas já é aventada pelo autor desde os *Grundrisse*: “No valor de troca a relação social das pessoas é metamorfoseada (*verwandelt*) em uma relação social entre coisas” (Marx, 1983, p. 91)<sup>42</sup>. Encontramo-la reiterada em *Para Crítica*: “Caracteriza, por fim, o trabalho que põe valor de troca, que a relação social entre as pessoas apresente-se como se invertida, como uma relação social entre coisas.” (Marx, 1961 [1859], p. 21)<sup>43</sup>. O que faltava para a formulação da seção do fetiche era, entretanto, a análise mais detida da forma do valor, efetuada somente n’*O Capital*, pois o caráter misterioso da mercadoria deriva ‘claramente de sua própria forma’. Por fim, cabe lembrar que n’*O Capital* está suprimida a seção sobre o histórico da análise da mercadoria, conforme argumentação exposta acima.

### *O Processo de Troca*

O capítulo sobre o processo de troca pode ser entendido como uma exposição do movimento real que dá origem à forma mercadoria. Não há em *Para Crítica* um capítulo, intermediário entre o da mercadoria e o do dinheiro, sobre o processo de troca. Entretanto encontra-se o mesmo conteúdo abordado nesse capítulo do capital ao final do capítulo sobre a mercadoria de *Para Crítica*, antes da respectiva seção sobre história da teoria; mais especificamente, nas páginas 34-37 (Marx, 1961 [1859])<sup>44</sup>.

Vemos em ambos os trechos Marx discutir: primeiro, como o repetido e cada vez mais diversificado processo de troca leva do simples escambo, forma simples do valor, ao dinheiro, equivalente geral; segundo, as características físicas mais adequadas ao dinheiro deduzidas das necessidades do processo de troca; terceiro, o efeito diluidor que a expansão da troca tem sobre as comunidades (*Gemeinwesen*); quarto, a relação entre valor de uso e de troca determinada pela circulação: o valor de uso é sempre não valor de uso para seu produtor.

---

<sup>42</sup> Ed. Boitempo: p. 158

<sup>43</sup> Ed. Os economistas: p. 35

<sup>44</sup> Ed. Os economistas: pp. 45-47

A principal diferença entre os dois textos está no acréscimo, n' *O Capital*, da observação que a própria forma mercadoria pressupõe, logicamente, que os homens que trocam reconheçam-se mutuamente como proprietários privados, sendo a relação jurídica adequada o contrato. Ora, vemos aqui que a propriedade privada é um momento da produção de mercadorias, o outro lado jurídico da moeda *sinequa non*<sup>45</sup>. Pelo acima exposto, concluímos que também o segundo capítulo d' *O Capital* já se encontrava, ainda que desenvolvido de modo sumário, em *Para Crítica*.

### *O Dinheiro ou a Circulação de Mercadorias*

Excetuando-se as seções sobre a história da teoria econômica, cuja supressão já foi explicada anteriormente, uma comparação dos índices de *Para Crítica* e d' *O Capital* mostra que Marx manteve integralmente nessa segunda obra a estrutura de exposição, e também o conteúdo, daquela. Vemos nesse fato um forte indício de maturidade da teoria sobre as funções do dinheiro de Marx por volta de 1859, época de redação de *Para Crítica*.

Seguindo a ordem de exposição dos textos, começamos pela função de medida do valor. Não é possível afirmar que existam diferenças conceituais entre *O Capital* e *Para Crítica*. Marx aborda igualmente a função de medida do valor resultante da própria expressão de igualdade entre duas mercadorias, o padrão de preços a partir da relação das mercadorias com partes alíquotas do dinheiro, e o decorrente conceito de dinheiro de conta. Também são abordadas as diferenças entre a medida do valor e o padrão de preços, a incongruência, apenas possível nesse estágio da exposição, entre preço e valor, o fato de que é possível mercadorias sem valor terem um preço, e o processo histórico que separa os padrões de preços, libra, *quarter*, *penny* etc., dos padrões de peso dos quais se originaram, e o fato de que, enquanto medida do valor, o dinheiro está idealmente posto na mercadoria. Vemos, deste modo, que essa seção já estava madura, apresentando a totalidade de seus conceitos, em *Para Crítica*.

Na seção seguinte, sobre a função de meio de circulação, encontramos rigorosamente os mesmos conceitos, de modo que não nos deteremos sobre eles, valendo sobre essa função o que foi dito quando tratamos de *Para Crítica*. Entretanto,

---

<sup>45</sup> Se a propriedade privada é um aspecto lógico da mercadoria, e da produção nela baseada, concluímos que o Estado a sucede tanto logicamente quanto historicamente. Ou poderíamos melhor dizer, no Estado a realidade social torna-se adequada ao seu conceito.

vale a pena destacar duas modificações, que não concernem aos conceitos principais, feitas no texto d'*O Capital*. Primeiramente, à página 76 de *Para Crítica*<sup>46</sup>, Marx descreve, utilizando as figuras lógicas do silogismo hegeliano, a circulação simples da seguinte forma: particularidade – generalidade – individualidade (P-G-I). Em *O Capital* o autor não mais utiliza tais termos, reiterando seu progressivo afastamento da linguagem hegeliana. Em segundo lugar, ao final desta seção de *Para Crítica*, o autor enfatiza a contradição existente entre as funções de medida de valor, na qual o dinheiro está idealmente posto e sua materialidade é crucial, e de meio de circulação, na qual o dinheiro está realmente posto, mas sua materialidade é indiferente, podendo mesmo ser substituído por símbolos. Essa ênfase, que nos parece importante, não aparece n'*O Capital*.

Por fim, chegamos à última seção do capítulo, intitulada *Dinheiro*. Novamente, não se encontram mudanças conceituais ou de conteúdo entre os dois textos. Deve-se destacar, entretanto, as seguintes mudanças. N'*O Capital*, Marx não deduz esta última seção a partir da oposição entre as duas formas de circulação pressupostas na circulação simples, M-D-M e D-M-D, tal como nos *Grundrisse* e em *Para Crítica*. Provavelmente, como n'*O Capital* Marx vai além da exposição do conteúdo de *Para Crítica*, ele preferiu deixar para introduzir a segunda forma de circulação, que caracteriza o capital, no quarto capítulo, '*A transformação do dinheiro em capital*'. Fica, por isso, menos explícito n'*O Capital* o modo como o capital já está logicamente implícito no dinheiro, antes mesmo da análise da relação de exploração do trabalho. Ademais, na seção sobre a função de meio de pagamento, Marx apenas muito rapidamente comenta como o dinheiro dissolve as antigas relações pessoais que sustentavam a antiga comunidade (*Gemeinwesen*), enquanto que em *Para Crítica* há uma análise mais detida do assunto; também com referência ao tipo de desenvolvimento social implicado pelo dinheiro, n'*O Capital* está suprimido o comentário sobre a relação entre o dinheiro mundial a criação de indivíduos cosmopolitas, e de uma sociedade global, que em muito lembra passagens da *Ideologia Alemã* sobre a criação de uma história mundial.

---

<sup>46</sup> Ed. Os economistas: p. 74

## *Conclusões*

Pode-se ver que, pela comparação feita acima, a maior parte da primeira seção d'*O Capital* já se encontrava madura por volta de 1859. O principal desenvolvimento de Marx entre essa data e a publicação d'*O Capital* foi uma maior clareza na formulação da análise das formas do valor, o que resultou na elaboração mais precisa do fetiche da mercadoria e na diferenciação entre valor e valor de troca, que pode ser datada à época da redação do 'anexo sobre a forma do valor' à primeira edição d'*O Capital*. Sem prejuízo à importância desse desenvolvimento, não se deve, por outro lado, superestimá-lo, pois, se o que tivesse ocorrido fosse uma profunda revolução no pensamento do autor, haveríamos de encontrar também grandes modificações em sua formulação das funções do dinheiro, o que não ocorreu. A maior parte da maturação do pensamento de Marx sobre o dinheiro ocorreu, portanto, entre a redação dos *Grundrisse* e de *Para Crítica*, nos anos entre 1857 e 1859.

# **Sobre a controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível**

## *Introdução*

‘A controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível’ foi uma série de artigos escritos na *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* que antepunham duas visões acerca da concepção teórica de Marx sobre o dinheiro: Carcanholo (2001) e (2002) e Corazza (1998) e (2002) defendiam a visão de que Marx apresentaria em seus escritos, especialmente nos *Grundrisse* e n’*O Capital*, uma teoria do dinheiro imaterial<sup>47</sup>; em contraposição, Germer (1997) e (2002) entendia que, estritamente no sistema de Marx, não haveria espaço para uma concepção imaterial do dinheiro. Por fim, Prado (2013), retoma a controvérsia entre esses autores e propõe uma espécie de saída intermediária, ao introduzir o conceito de dinheiro fictício, segundo o qual o dólar atual é uma moeda puramente fiduciária, mas cujo funcionamento depende de uma relação de equivalência implícita com o ouro.

## **Claus Germer: Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo.**

Na controvérsia sobre o dinheiro mundial inconvertível, Claus Germer é o autor que toma a posição de que, nos escritos de Marx, o dinheiro é inexoravelmente uma mercadoria, embora se abstenha de analisar especificamente os problemas trazidos pelo fim do padrão-ouro. No texto em questão, Germer pretende esboçar a estrutura completa da teoria do dinheiro *no capitalismo* de Marx, entendendo-a

“como um sistema consistindo de três partes fundamentais: primeiro, a teoria do dinheiro como uma categoria pertencente a esfera da circulação de mercadorias, fundamento do capital mas que o antecede histórica e logicamente; segundo, as características que distinguem o capital – como categoria fundamental e origem do nome da economia capitalista – do dinheiro; terceiro, a teoria do dinheiro de crédito, focalizando as funções desempenhadas pelo dinheiro no capitalismo, e as leis particulares que as presidem e os instrumentos através dos quais as realiza”. (1997, p. 2)

---

<sup>47</sup>Paulani (1991), que também adota postura favorável à tese do dinheiro imaterial, argumenta, entretanto, que Marx estaria preso à concepção material, ourífica, do dinheiro, devido aos horizontes históricos da época em que viveu.

Começamos pelo dinheiro enquanto categoria da esfera de circulação das mercadorias, ou circulação simples, como parece subentendido. Primeiramente, dinheiro é, segundo Germer, a materialização da relação social de comprador/vendedor “inicialmente no âmbito estrito da circulação de mercadorias” (1997, p. 4), o que parece correto, embora a ênfase no ‘âmbito estrito da circulação de mercadorias’ necessite alguns comentários.

Germer, tal como os outros autores aqui analisados, parece entender que o dinheiro é uma categoria desenvolvida primeiramente no âmbito da circulação simples, precedendo o capital ou a circulação capitalista, de modo que o autor procura analisar a teoria marxiana sobre o dinheiro *no capitalismo*, como se existisse parte da teoria, ou outra teoria de Marx, sobre o dinheiro precedendo o capitalismo. Em nosso entendimento, é incorreto pretender separar a circulação simples, ou a sociedade mercantil como às vezes se lhe refere, do capitalismo, como se este fosse precedido por aquela, a qual deveria ter atingido determinado grau de maturação para que o capital pudesse ser posto em funcionamento. Ao contrário, é o próprio desenvolvimento histórico do capitalismo que traz consigo a plena vigência das leis e da forma da circulação simples.

A maturação plena das leis da circulação simples, isto é, daquilo que comumente se chama ‘economia de mercado’, é concomitante e intrínseco ao desenvolvimento da forma mercadoria. E o desenvolvimento pleno de uma economia de mercado é correspondente à crescente quantidade de necessidades individuais, socialmente determinadas, porém, que são satisfeitas através da troca, ao invés da produção para si próprio, ou como analisa Marx através da relação entre as formas relativa e equivalente do valor:

“Ao grau de desenvolvimento da forma relativa do valor [isto é, a crescente diversidade e quantidade de valores de uso que são apropriados através da troca] corresponde o grau de desenvolvimento da forma equivalente do valor [até sua fixação na forma dinheiro]. Mas, e a isso deve-se prestar atenção, o desenvolvimento da forma equivalente do valor é somente expressão e resultado do desenvolvimento da forma relativa do valor” (Marx, 1962 [1890], p. 81)

Entretanto, como afirma Reichelt “Ele [Marx] pressupõe [ao deduzir o dinheiro do processo de troca] que toda a produção tome a forma de mercadoria, o que só ocorre

no capitalismo desenvolvido” (1973, p. 165)<sup>48</sup>. Para que toda a produção tome a forma de mercadoria, é necessário que o trabalhador não possa satisfazer suas necessidades mais básicas através do próprio trabalho, tendo que adquirir os respectivos valores de uso através do mercado, e que, portanto, tenha de oferecer sua própria força de trabalho como mercadoria. Só então desenvolve-se completamente a circulação simples, e a completa oposição entre as duas formas do valor, o que corresponde à forma dinheiro. Mas justamente é a venda da força de trabalho que constitui a solução do nó górdio da passagem da circulação simples para o capital (1962 [1890], p. capítulo 4), de modo que, o pleno desenvolvimento da circulação simples e a constituição do dinheiro têm de coincidir com a maturação do modo capitalismo da produção. Não somente Germer entende a apresentação do dinheiro nos três primeiros capítulos do capital como precedendo à produção capitalista, e deveremos nos referir ao raciocínio aqui exposto quando comentarmos essa questão nos demais autores.

Em seguida, Germer afirma que o dinheiro é, na concepção de Marx, a mercadoria “na qual se unificam as funções de medida do valor e meio de circulação” (1997, p. 4). Segundo o autor,

“a constituição do dinheiro é precedida, por um lado, pelo surgimento de várias mercadorias como equivalentes de valor de abrangência limitada (...) Por outro lado, o surgimento do dinheiro é precedido por formas rústicas e intermitentes de intermediários das trocas, diferentes dos equivalentes mas neles baseados (...) Isto significa que as funções de medida do valor e meio de circulação aparecem separadamente e precedem o surgimento do dinheiro. O que é novo, no dinheiro, é o fato de que as duas funções são realizadas por uma só mercadoria.” (1997, pp. 4-5)

Aparentemente, Germer procura interpretar a seção sobre a forma do valor do primeiro capítulo d’*O Capital* como se ela oferecesse: primeiro, uma exposição histórica do surgimento do dinheiro; segundo, nesta suposta evolução histórica, as funções de medida do valor e de meio de circulação existiriam em mercadorias separadas, unificando-se posteriormente no dinheiro. Ambas as suposições sobre a evolução das formas do valor nos parecem injustificadas.

A dedução das formas simples, desdobrada, geral e dinheiro do valor nos parece ser uma argumentação essencialmente lógica e não histórica, ainda que seja possível observar eventualmente formas de dinheiro-mercadoria que fossem análogas à forma

---

<sup>48</sup> Ed. Unicamp:p. 171

desdobrada do valor. Harvey (2010, pp. 31-32) também reconhece que é possível indagar se Marx realiza nessas passagens um raciocínio histórico ou lógico, embora acredite que sejam escassas as evidências históricas sustentando o caminho das formas do valor descritas por Marx. Para Harvey (2010), o ponto mais importante dessa seção é a dedução lógica apresentada, segundo a qual “a forma dinheiro tem de ser disciplinada e entrar na linha da posição lógica descrita por Marx, de modo que a forma dinheiro reflita as necessidades de um sistema de relações de troca proliferantes (...) Os precursores da forma dinheiro (...) têm de conformar-se a essa lógica na medida em que eles são absorvidos pelo capitalismo e efetuam a função de dinheiro” (Harvey, 2010, p. 32).

A leitura de Reichelt (1973) sobre a relação entre os métodos lógico, que concerne a dedução dialética das categorias tal como elas existem no capitalismo, e histórico, que concerne a reconstituição histórica propriamente dita da formação do capitalismo, pode também nos fornecer pistas sobre a questão. Comentando passagens dos *Grundrisse* sobre a relação entre trabalho assalariado e capital, Reichelt afirma: “Dos trechos citados conclui-se que a existência de uma classe trabalhadora livre constitui o pressuposto para a elaboração conceitual do conjunto do sistema capitalista na forma da exposição dialética das categorias; entretanto, essa forma de exposição não é imediatamente idêntica à reconstituição da gênese histórica do capital e do livre assalariamento.” (Reichelt, 1973, p. 132)<sup>49</sup>. Analogamente, pode-se dizer que na seção sobre as formas do valor trata-se da exposição lógica da forma dinheiro, que não necessariamente coincide com a exposição do processo histórico do surgimento do dinheiro, como pretendem Germer e outros autores.

O exposto acima já é parcialmente suficiente para refutar a hipótese de Germer de que tenha havido, na história, diferentes mercadorias realizando a função de medida do valor e de meio de circulação, posteriormente unificadas pelo dinheiro. Ademais, deve-se notar que tal hipótese parece ir de encontro à relação entre essas duas funções do dinheiro tal como apresentada por Marx.

Vimos anteriormente, que Marx apresenta as funções de medida do valor e de meio de circulação de modo razoavelmente homogêneo no percurso das três obras analisadas na primeira parte deste trabalho. Medida do valor e meio de circulação são

---

<sup>49</sup> Ed. Unicamp: p. 139



duas funções contraditórias enquanto a forma pela qual se realizam: na primeira, o dinheiro está pressuposto, ou posto apenas ‘idealmente’, e sua materialidade é crucial, pois dela depende quanto valor pode representar em um determinado quantum de si mesmo; na segunda, o dinheiro está posto ‘realmente’, mas sua materialidade é indiferente, pois o dinheiro aparece apenas como forma evanescente da circulação de mercadorias (M-D-M), podendo mesmo ser substituído por um signo de si mesmo, a moeda, conforme desenvolvido em *Para Crítica* e n’*O Capital*. Não obstante, a função de medida do valor é pressuposto para que o dinheiro possa funcionar como meio de circulação, não estando de qualquer modo separadas essas duas funções. Por fim, também não nos parece razoável o argumento de Germer de que as funções de medida do valor e de meio de circulação seriam expostas antes do subtítulo ‘dinheiro’ no terceiro capítulo d’*O Capital* por precederem a constituição do mesmo. Reiterando o argumento de Reichelt exposto acima, trata-se de uma ordem lógica de exposição, e não histórica ou temporal.

O próximo argumento de Germer diz respeito mais diretamente ao tema da controvérsia sobre o dinheiro inconvertível, isto é, se o dinheiro pode ou não prescindir de um substrato material, mercadoria-dinheiro, em uma perspectiva marxista. Como já dito, Germer tem a visão de que o dinheiro em Marx tem de ser inexoravelmente uma mercadoria. O argumento é como se segue: sendo o dinheiro o representante último do valor, entendido como trabalho abstrato, cuja medida inerente é a temporalidade. Deste modo, o dinheiro tem de ser uma mercadoria, pois “o tempo de trabalho só existe materialmente, de modo observável, no produto do trabalho, e sua quantidade só pode ser medida na quantidade do produto” (1997, p. 6). Ademais, a mediação entre os trabalhos concreto e universal tem de ocorrer por um trabalho também concreto. As mercadorias têm de converter-se em “expressões de trabalho social ou abstrato, e isto só é possível se puderem traduzir-se em um produto do trabalho convertido pelo processo das trocas em expressão do trabalho social em oposição aos trabalhos particulares” (1997, p. 6).

Germer parece indicar aqui, ainda que indiretamente, a seguinte questão que parece pertinente: como o dinheiro poderia realizar a função de medida do valor sem possuir ele próprio valor, isto é, sem ser fruto do trabalho humano? Esta parece uma questão basilar ao tratar-se da problemática do dinheiro mundial inconvertível, pois a atuação que o simples papel-moeda vem tendo desde o fim do padrão ouro parece de

fato confrontar a primeira função do dinheiro na teoria de Marx e, por conseqüência, a própria teoria do valor trabalho.

Se o raciocínio de Germer parecia satisfatório até aqui, ele conclui seu argumento com o que parece um equívoco. Para distanciar sua interpretação do dinheiro da concepção da proposta proudhoniana de cédulas de hora de trabalho, Germer afirma: “Nenhuma mercadoria – nem a mercadoria-dinheiro – pode ser diretamente expressão de trabalho social, exceto simbolicamente. Assim, a mercadoria-dinheiro é também um símbolo, mas símbolo material, do trabalho social (...)” (1997, p. 7).

Como visto anteriormente (pg. 7), Marx de fato chega a afirmar nos *Grundrisse* que o dinheiro é um símbolo do valor de troca, repensando sua concepção, entretanto, já em *Para Crítica*, onde são diferenciados os conceitos de dinheiro e de moeda, essa sim signo do valor. Germer ignora em sua argumentação a posterior mudança de posição de Marx e a diferenciação dos conceitos de dinheiro e moeda, sendo, portanto, induzido ao erro por uma leitura acrítica das obras de Marx como se elas sempre representassem um pensamento acabado e maduro: “O fato de o dinheiro dever ser, necessariamente, uma mercadoria, não é artigo de fé, mas possui fundamentos teóricos rigorosos, expostos por Marx nos *Grundrisse*” (2002, p. 5). Muito mais pertinente nos parece sua reiteração, agora explícita em sua crítica ao entendimento sobre o dinheiro em Marx de Alain Lipietz<sup>50</sup>, da problemática da função de medida dos valores já citada.

Germer entra então na parte final daquilo que considera o sistema teórico de Marx sobre o dinheiro: as funções específicas do dinheiro “no capitalismo”, focalizando o papel do dinheiro de crédito. Rigorosamente, o crédito propriamente dito só é estudado por Marx no terceiro livro d’*O Capital* e também se encontra fora do escopo deste trabalho, de modo que faremos breves comentários desta seção, quando o argumento do autor relacionar-se diretamente com a questão do dinheiro e/ou sua inconvertibilidade.

Em relação ao dinheiro mundial inconvertível, a principal hipótese de Germer é que “dada a configuração atual do sistema de crédito, o *próprio dinheiro não mais circula* nos espaços nacionais, embora continue desempenhando importante função de reserva e meio de pagamento internacional” (1997, p. 15). Assim, Germer pretende

---

<sup>50</sup> Germer refere-se a seguinte obra de Alain Lipietz: *Le monde enchanté: de La valeur à l’envol inflationniste*.

compatibilizar, neste artigo, a atual configuração do sistema monetário internacional devido à possibilidade do sistema de crédito, e particularmente do dinheiro de crédito, substituir a circulação do próprio dinheiro, fato que já ocorria na circulação interna à época de Marx, passando a ocorrer também no plano internacional a partir do fim do padrão-ouro. Ademais, Germer aventa o argumento de que “o abandono formal do dinheiro-ouro como base do dinheiro de crédito não implica seu abandono real” (1997, p. 17), embora se abstenha de realizar a necessária demonstração do fato neste artigo<sup>51</sup>.

O abandono total da equivalência em ouro, mesmo pelo sistema de crédito ou pelo dinheiro de crédito, implicaria, segundo Germer em dois problemas principais. Em primeiro lugar, de tal fato decorre que “a função de medida de valor do dinheiro pode ser realizada por uma unidade imaterial e puramente simbólica, ou seja, que algo que não possui valor seria capaz de medir valores” (pg. 17). Em segundo lugar, Germer argumenta que, não sendo o Estado o responsável pelo surgimento do dinheiro, que decorre espontaneamente a partir da generalização do processo de troca e da forma mercadoria, mas sim somente pela fixação da unidade monetária adotada como padrão de preços, “segue-se que ele também não poderia ser abolido pelo Estado, mas apenas pelo próprio processo de trocas (...) Se essas quantidades [do padrão de preços] não são fixadas formalmente, ou é porque estão sendo fixadas informalmente, ou porque flutuam permanentemente à revelia do Estado” (pgs 17-18).

Mais acima (p. 40) já concordamos com o primeiro ponto de Germer, nos parecendo a questão da medida do valor um dos principais problemas com relação ao dinheiro inconvertível. Seu segundo ponto nos parece mais problemático. Germer parece confundir aqui o conceito de padrão de preços com o de moeda. Vimos anteriormente (pp. 8 e 17) a definição de padrão de preços para Marx: ele é entendido como ‘o valor de troca expresso em dinheiro’ nos *Grundrisse*, e, mais especificamente, como determinada parte alíquota da mercadoria dinheiro em *Para Crítica*, sendo a categoria que permite compreender como valores de uso sem valor possam ter um preço, e como o mesmo possa desviar constantemente do valor em trabalho das mercadorias. Padrão de preços por si mesmo é uma categoria que dispensa a intervenção do Estado. Diferentemente ocorre com a moeda. Sendo mero signo do valor, decorrente do desgaste físico ocorrido no processo de circulação e do fato de ser o dinheiro

---

<sup>51</sup> Nesse quesito, Germer aproxima-se da posição de Eleutério Prado (2013) de que o dinheiro, entendido pelo conceito de dinheiro fictício, tem de manter uma equivalência implícita com o ouro.

evanescente em sua função de meio de circulação, a quantidade de ouro representada pela unidade monetária depende simplesmente do arbítrio do Estado, ou da quantidade de moeda efetivamente impressa, e somente por essa extensão depende o padrão de preços do Estado, mas não pelo seu próprio conceito.

O não tratamento da diferenciação entre os conceitos de dinheiro e de moeda parece ainda levar Germer a problemas na definição do conceito de dinheiro de crédito. Como o crédito e o dinheiro de crédito são tratados por Marx somente no terceiro livro d'*O Capital*, fugindo ao escopo desta pesquisa, não possuímos elementos suficientes para avaliar com precisão a interpretação de Germer sobre o mesmo. Porém, uma rápida verificação no livro terceiro d'*O Capital* leva a crer que Germer confunde os conceitos de moeda, enquanto signo do valor, e com o de dinheiro de crédito. O entendimento de Germer sobre o dinheiro de crédito é o seguinte:

“A constituição do dinheiro de credito propriamente dito requer o desenvolvimento do sistema bancário, do capital portador de juros e do credito monetário (...) O sistema bancário (...) vincula-se ao crédito comercial inicialmente através do desconto de letras de câmbio. Mais tarde notas bancárias particulares, representando direitos a ouro depositado nos bancos emissores, circulam no lugar do ouro e finalmente as notas bancárias do banco central, ou simplesmente notas do banco central, substituem as notas dos bancos individuais” (pg. 20)

Embora haja margem para dúvida sobre o que exatamente Germer quer dizer por ‘notas do banco central representando direitos a ouro’, essa definição parece idêntica à de moeda em Marx, que é um signo do ouro, e pode ser convertido nele<sup>52</sup>. A definição de Marx para dinheiro de crédito, embora também não tão clara, parece muito mais relacionar-se com a forma pela qual mercadorias passam a ser circuladas entre comerciantes e produtores através da troca de promissórias, ou letras de crédito como são chamadas n'*O Capital*: “... estes adiantamentos recíprocos de produtores e de comerciantes entre si constituem a verdadeira base do crédito, de modo que seu instrumento de circulação, a promissória, constitui a base do real dinheiro de crédito” (Marx, *Das Kapital* III, 1964 [1984], p. 413)<sup>53</sup>. A promissória não representa diretamente o ouro tal como o faz a moeda, mas apenas indiretamente, através da

---

<sup>52</sup> Ainda hoje, as notas da libra esterlina carregam em si a inscrição “I promise to pay the bearer on demand the sum of” £X, uma lembrança de sua direta vinculação em ouro. O dólar, por sua parte, deixou de imprimir a mesma frase em suas cédulas a partir de 1963, devido à dificuldade de garantir a conversibilidade da moeda em ouro. Desde então as cédulas de dólar são estampadas com o famigerado “In god we trust”.

<sup>53</sup> Ed. Os economista, *Capital*, Livro três, primeiro tomo: p. 301

promessa de um pagamento futuro, agindo o dinheiro aí, portanto, na função de meio de pagamento: “o dinheiro de crédito em si mesmo só é dinheiro na medida em que, na quantia de seu valor nominal, representa o dinheiro verdadeiro” (Marx, Das Kapital III, 1964 [1984], p. 532)<sup>54</sup>. Tal realidade se faz sentir duramente nas crises, quando a tentativa de realizar o valor das promissórias a todo custo força seu preço real abaixo do nominal, ou seja, causa desvalorização.

Em suma, no que concerne ao problema do dinheiro mundial inconversível, o principal acerto de Germer neste texto é a problematização de como o papel-moeda fiduciário, sem valor, pode realizar a função de medida do valor. Tal questão parece chave para qualquer estudo abordando o tema. Entretanto, em nossa opinião, Germer também parece haver cometido equívocos em sua leitura de alguns conceitos de Marx. Como o autor não se refere à diferenciação entre os conceitos de dinheiro e moeda, signo do valor, sua apreciação sobre o próprio fenômeno da inconversibilidade parece inadequado, confundindo o autor dinheiro de crédito com moeda, e chegando a afirmar que o dinheiro em si possa ser um signo do valor, devido a sua interpretação isolada de uma passagem dos *Grundrisse*. Ademais, sua leitura do dinheiro como unificador das funções de medida do valor e de meio de circulação nos parece equivocada com relação à seção d’*O Capital* sobre as formas do valor, tal como seu entendimento de que dinheiro é uma categoria que precede historicamente o capital e o capitalismo.

### **Gentil Corazza: Marx e Keynes sobre dinheiro e economia monetária**

Tomando posição oposta àquela anteriormente apresentada, Corazza pretende neste artigo “acentuar que, para Marx, o aspecto mais importante do dinheiro não consiste em ser uma mercadoria, mas pura forma imaterial do valor” (Corazza, 1998, p. 45). Seu segundo objetivo, o de aproximar o conceito de ‘economia monetária’ de Keynes a Marx, cai fora do escopo desta pesquisa.

Para Corazza, a essência da definição de Marx para o dinheiro é este “ser forma do valor, entendido como “forma de existência, determinação de existência” e de manifestação do valor. Dinheiro é o próprio valor existindo fora das mercadorias” (1998, p. 46). Ademais, apesar de ser essencialmente imaterial, o dinheiro necessita de

---

<sup>54</sup> Ed. Os economistas: O Capital, livro três, segundo tomo, p. 48

algum suporte material, que assume diversas feições históricas, mas não deve ser confundido com o mesmo. Coerentemente com sua tese, Corazza interpreta a seção d'*O Capital* sobre as formas do valor como um “suceder de formas de manifestação do valor das mercadorias [que] vai sempre na direção de uma libertação da materialidade, na direção de formas cada vez mais independentes, autônomas e livres da materialidade, que aprisionam o valor imaterial (...)” (1998, p. 47).

Em nossa opinião, tal como Germer no texto anterior, Corazza comete equívocos em sua leitura da dedução das formas do valor. Primeiramente, nos parece estranho afirmar que “o dinheiro é o próprio valor existindo fora das mercadorias”, por ser pura ‘forma do valor’. Ao contrário, se é verdade que o dinheiro é uma forma do valor, nos parece correto afirmar que as mercadorias também o são. Pensando a relação entre o dinheiro e as mercadorias nos termos do universal e do particular, pode-se entender que ambos são formas do valor, embora aquele a forma universal ou abstrata, e estas a particular ou concreta<sup>55</sup>. Como o valor por definição é abstrato, tem-se que o dinheiro é sua forma mais adequada, a que melhor corresponde ao seu próprio conceito. Se tirado, entretanto, da relação pressuposta que mantém com o mundo das mercadorias, o dinheiro perde qualquer significado enquanto ‘forma do valor’. Ademais, que ambos a mercadoria e o dinheiro sejam formas do valor nos parece ser o sentido de Marx nomear o conjunto da relação entre as formas relativa e equivalente do valor como ‘forma do valor’, passando pelas formas simples, desdobrada e geral do valor.

Em segundo lugar, Corazza parece realizar uma equiparação entre forma e imaterialidade sem maiores justificativas, pretendendo daí interpretar o dinheiro e o valor como imateriais. Se entendermos forma como a relação que se estabelece entre as partes, aproximando-se nessa definição da de estrutura, pode-se entender forma como uma abstração, o que não é imediatamente idêntico a ser imaterial. Ao contrário, nessa interpretação a forma só existe efetivamente através de suas partes materiais.

Em terceiro lugar, Corazza entende que, para Marx, o dinheiro seria uma mercadoria apenas na “primeira forma de manifestação do valor, que surge do confronto de duas mercadorias; uma delas funciona como equivalente do valor da outra” (1998, p. 48). Daí que as próximas formas do valor seriam cada vez ‘mais imateriais’, sendo o

---

<sup>55</sup> Como é sabido, o uso da lógica hegeliana por Marx aparece de modo mais patente na primeira seção d'*O Capital*, e nos parece ser possível utilizá-la para entender a relação entre dinheiro e mercadoria, o que fazemos aqui apenas como hipótese, e sem maiores conhecimento de Hegel.

dinheiro-mercadoria apenas uma forma particular e historicamente determinada do dinheiro. Não parece correta a leitura proposta por Corazza: para Marx apenas a forma geral do valor corresponde ao conceito de dinheiro. O que ele pretende com a forma simples do valor é apenas demonstrar que a lógica que preside a simples troca de duas mercadorias, na qual já está implícita a oposição entre valor de uso e valor, é a mesma que fundamenta e explica a existência do dinheiro.

Por fim, deve-se notar que Corazza pretende sustentar suas hipóteses com passagens retiradas acriticamente dos *Grundrisse*, no que reiterar as mesmas críticas dirigidas a Claus Germer (pg. 40) sobre a ausência do conceito de moeda nesse texto, do entendimento de Marx de que o dinheiro fosse um signo do valor, além do fato de que não há nos *Grundrisse* qualquer dedução das formas do valor, e, consequentemente, Marx não diferencia ainda valor de valor de troca.

Após apresentar sua interpretação do dinheiro como forma do valor, Corazza procura responder ao problema levando por Germer (1997) de que o dinheiro imaterial, ou o papel moeda, não poderia realizar a função de medida do valor por não possuir valor intrínseco. A tal hipótese, Corazza contrapõe o entendimento de que “para Marx, o valor das mercadorias se mede como preço, ou seja, o preço é a expressão monetária do valor (...) Parece claro que a função “medida dos valores” não é desempenhada pelo valor intrínseco do dinheiro, mas pelo seu suporte material (...)” (1998, p. 50). Preço é de fato a forma fenomênica do valor, na qual este aparece apenas através das constantes oscilações daquele, mas tal afirmação em si em nada contradiz a importância da materialidade do dinheiro, segundo Marx, para a função de medida dos valores. O padrão de preços depende do valor da mercadoria dinheiro, variando inversamente com o valor intrínseco da mercadoria que se toma como equivalente geral. É isto que Marx tem em mente quando afirma que, em sua função de medida do valor, a materialidade do dinheiro é crucial, embora sua presença de fato seja dispensável, conforme vimos anteriormente (pgs 16-18). Sua ‘idealidade’ nesta função tem apenas haver com o fato de o dinheiro não precisa estar fisicamente presente para realizá-la, estando apenas pressuposto, e não com sua imaterialidade, como pretende Corazza.

Do exposto acima, podemos concluir que os pontos problemáticos na leitura de Corazza são semelhantes com os de Germer, embora por outros motivos. Corazza também se equivoca em sua leitura da dedução das formas do valor, ao pretender que

esta demonstre formas históricas do dinheiro cada vez mais imateriais. A equiparação de forma com imaterialidade parece injustificada, assim como Corazza não leva em conta que a totalidade da forma do valor é a relação do dinheiro com o mundo das mercadorias, ou seja, a relação das formas relativa e equivalente do valor. À leitura desta seção como uma evolução histórica do dinheiro pode-se contrapor os mesmo argumentos já aventados ao criticar a mesma concepção em Germer (pg. 41).

No que concerne ao problema da medida do valor, Corazza também não parece apresentar argumentos convincentes para contra-argumentar os de Germer (1997), não levando em consideração o detalhamento de Marx desta função do dinheiro, afirmando que o valor das mercadorias é medido pelo suporte material do dinheiro, e não por este em si. Por fim, tal como Germer, Corazza não chega a fazer menção entre a distinção dos conceitos de dinheiro e moeda, de modo que a própria compreensão do fenômeno da inconvertibilidade, isto é, a impossibilidade de converter-se a moeda, originada do dinheiro em sua função de meio de circulação, no dinheiro ele mesmo. Por não tratar do problema nestes termos, é que tanto Corazza quanto Germer não conseguem expor de modo coerente a inconvertibilidade, e acabam por tratá-lo com leituras equivocadas dos conceitos do próprio Marx.

## **Reinaldo Carcanholo: O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro**

Tal como Corazza, Carcanholo assume a posição de que Marx forneceria uma tese do dinheiro imaterial. Parte deste artigo de Carcanholo aborda o tema do ‘capital especulativo’, cuja definição deve ser, aqui, brevemente explicada, pois Carcanholo sustenta sua tese do dinheiro imaterial a partir da “aparente inconsistência teórica que existiria entre o conceito de capital especulativo (e, sobretudo, o de capital especulativo parasitário) e a ideia, atribuída a Marx, de identidade entre dinheiro e ouro” (2001, p. 27).

Dois são os conceitos de capital especulativo apresentados por Carcanholo em seu artigo: capital especulativo propriamente dito e capital especulativo parasitário. Indicando que no capitalismo atual a lógica especulativa passa a superar a lógica produtiva do capital, Carcanholo utiliza então “o nome de capital especulativo (...)”



[para] denominar o capital industrial agora redefinido pelo domínio da lógica especulativa, [e] a expressão “capital especulativo parasitário” (...) [para] denominar o seu pólo oposto e dominante, que teve como fundamento originário a forma funcional chamada por Marx de capital a juros” (pg. 29).

Carcanholo refere-se nessa parte a um texto anterior seu, no qual são desenvolvidos ambos os conceitos, que o autor pretende apenas precisar melhor no presente artigo. Aparentemente, Carcanholo nada mais faz do que reproduzir a divisão entre juros e ganho empresarial apresentada por Marx no capítulo vinte e três do terceiro livro d’*O Capital*. Parece-nos exagerada a suposição de que um predomínio da ‘lógica especulativa’ deva redefinir tais conceitos, embora não tenhamos elementos suficientes para refutá-la.

Carcanholo reitera, então, que existiria “uma inconsistência teórica entre o conceito de capital especulativo (mais ainda, de capital especulativo parasitário) e a ideia, atribuída a Marx, de que o dinheiro, necessariamente, identifica-se com o ouro” (2001, p. 31). Ademais, o autor sustenta que é errôneo pretender que a tese de Marx identificando dinheiro com o ouro teria sido superada pela história. Curiosamente, Carcanholo baseia-se na análise elaborada por Germer, autor que sustenta tese sobre o dinheiro oposta a sua, sobre o sistema e o dinheiro de crédito.

Seguindo Germer, Carcanholo lembra que o dinheiro, *no capitalismo*, pode ser substituído na circulação pelo cancelamento recíproco de dívidas, e mesmo *antes do capitalismo*<sup>56</sup> por signos de si mesmo, ou seja, o conceito de moeda, embora Carcanholo não se refira a ele. As passagens citadas pelo autor não parecem corresponder ao conceito de dinheiro de crédito conforme apresentadas por Germer (1997), e que muito mais se aproximava do conceito de moeda de Marx, embora a movimentação de mercadorias através do cancelamento de dívidas recíprocas aproxime-se mais do que nos parece ser o conceito de moeda de crédito de Marx, a circulação de mercadorias através de promissórias. Entretanto, mais adiante, Carcanholo equipara dinheiro de crédito à moeda, ao afirmar que “não há muita discussão sobre o fato de que, no âmbito nacional, dentro das fronteiras que definem o poder de um estado nacional, o dinheiro de crédito pode funcionar sem maiores dificuldades em momentos normais” (2001, p.

---

<sup>56</sup> Sobre a concepção do dinheiro precedendo o capitalismo, cabem aqui as mesmas críticas feitas em relação a Germer (p. 39).

34). Ademais, segundo o autor, aquilo que se apresentava como um fenômeno nacional na época de Marx generalizou-se para o plano internacional, estabelecendo um ‘dinheiro de crédito internacional’, o qual é necessário para explicar-se tanto o capital financeiro quanto o capital especulativo parasitário.

Ora, além de uma definição inconstante sobre o dinheiro de crédito, quando Carcanholo procura explicar sua passagem da esfera nacional para a internacional, ele está na verdade incorrendo no mesmo equívoco que Germer (p 43). Fato é que em ambos os casos, a moeda ou o dinheiro de crédito, vemos o dinheiro ser substituído em sua função de meio de circulação, o que é, de fato, coerente com a teoria de Marx. Uma explicação completa do dinheiro mundial inconvertível deve abordar o dinheiro também em suas funções de medida do valor e de não-meio-de-circulacao (Reichelt, 1973).

Em seguida, Carcanholo passa a analisar a hipótese de Germer, segundo a qual a função de medida do valor seria impossível de ser realizada por um dinheiro fiduciário. O primeiro problema na argumentação de Carcanholo, neste ponto, é associar a função de medida do valor com sua ‘presença física’, a qual ele confunde com a importância da materialidade do dinheiro nesta função. Ora, é justamente o contrário que argumenta Marx, conforme visto mais acima (p. 19.): na função de medida do valor, o dinheiro não precisa estar fisicamente presente, estando posto apenas idealmente, embora sua materialidade seja crucial.

Carcanholo pretende, então, refutar a hipótese de Germer ao afirmar que

“a verdadeira medida do valor não está constituída pelo dinheiro, pelo equivalente geral; para ele [Marx], a medida imanente do valor é o trabalho, por ser este sua substância criadora” – para logo em seguida compatibilizar sua afirmação com o conceito de valor de troca – “Assim, o valor não encontra uma medida direta e prática, mas expressa-se, manifesta-se (...) Preço e sua contraparte, o dinheiro, não constituem medidas diretas do valor mas, sim, formas de manifestação de sua grandeza, de sua magnitude” (2001, p. 36).

O argumento de Carcanholo parece, aqui, andar em círculos. De fato, não é o dinheiro que determina a grandeza de valor das mercadorias, mas sim a quantidade socialmente necessária de trabalho para sua produção. Não é possível encontrar alguma passagem onde Germer afirme que o dinheiro é que determina o valor das mercadorias. O que Germer indica é o que Carcanholo indica na segunda parte da citação, que o dinheiro, por ser forma equivalente geral, constitui a forma exclusiva de manifestação

dos valores das mercadorias, e é justamente nisto que se caracteriza sua primeira função, de ser medida do valor<sup>57</sup>. E, compreendendo-se que Marx deduz a forma dinheiro, ou de equivalente geral, a partir da forma simples do valor, na qual está pressuposta duas mercadorias frutos do trabalho humano, da onde surge a possibilidade de serem postas como valor, é compreensível que um dinheiro sem valor intrínseco seja um problema à teoria marxiana do valor e do dinheiro.

O passo seguinte de Carcanholo é tentar demonstrar que, apesar de Marx realmente expor em sua dedução do dinheiro que o ouro acaba por funcionar como dinheiro, essa seria apenas uma constatação de uma das formas do valor, cujo desenvolvimento “é um processo de gradual desmaterialização do equivalente, até que o valor chegue a alcançar a sua representação mais pura e abstrata” (2002, p. 39). Para Carcanholo, não se deve trabalhar com definições rígidas dos conceitos de Marx, e o autor também relaciona a gradual desmaterialização do equivalente ao crescente predomínio do valor sobre o valor de uso e à ‘substantivação do capital’<sup>58</sup>.

Carcanholo baseia sua hipótese em uma pequena passagem d’*O Capital* sobre a forma geral do valor, na qual Marx afirma que o valor de cada mercadoria “se distingue não só do valor de uso dela [mesma] mas de qualquer valor de uso (...)” (2001, p. 37). Por negar o valor de uso também da mercadoria que funciona como equivalente geral, Carcanholo pretende a materialidade do dinheiro não seja o ponto crucial de sua definição, e sim o fato de este ser ‘pura representação de valor, pura forma do valor’. Daí que o dinheiro possa libertar-se de sua materialidade em um ponto futuro.

De fato, parece correta a constatação de que o equivalente geral tem de negar o valor de uso também da mercadoria na qual se fixa. O erro de Carcanholo, porém, consiste em identificar valor de uso com a própria materialidade da mercadoria-dinheiro. Valor de uso é a sua materialidade *na medida em que* satisfaça alguma necessidade humana<sup>59</sup>, realizando-se ele no ato do consumo, quando a mercadoria ‘sai da circulação’ como afirma Marx. Ora, é justamente para conservar o corpo da

---

<sup>57</sup> Por isso é que não se compara o valor de diversas mercadorias em seus preços relativos, mas em seu preço monetário.

<sup>58</sup> Carcanholo simplesmente remete a definição do conceito de substantivação do capital a outro texto seu, de modo que não é possível avaliar esse conceito.

<sup>59</sup> “A utilidade de uma coisa lhe transforma em valor de uso. Mas essa utilidade não paira no ar. É condicionada pelas qualidades do corpo da mercadoria, e não existe sem o mesmo” (Marx, 1962 [1890], p. 50)

mercadoria-dinheiro e conservar o valor nele contido, ou representado como diz Carcanholo, que é necessário abster-se de seu consumo, ou seja, da mercadoria enquanto valor de uso. Ao contrário do que afirma Carcanholo, a negação do valor de uso visa justamente preservar a materialidade da mercadoria-dinheiro. Por isso, Marx considera que uma das características necessárias à mercadoria que funciona como dinheiro é ter pouco uso produtivo, conforme vimos ao comentar *Para Crítica* (pg. 23)

A última parte do artigo de Carcanholo dedica-se a avaliar um esquema de Suzanne de Brunhoff e de Germer que hierarquiza diferentes formas de dinheiro, e a avançar mais um argumento sobre a função de medida do valor do dinheiro. Sobre o esquema das formas de dinheiro, Carcanholo admite que o ouro ainda realize a função de meio de pagamento final no sistema de crédito, embora aponte a perspectiva de que o ouro possa perder mesmo essa função devido à progressiva desmaterialização do dinheiro. Sobre a função de medida do valor, o autor procura argumentar que, dada uma estrutura de preços relativos, da qual o ouro faz parte, não há qualquer motivo para que o padrão monetário vigente, o dólar em seu exemplo, estabeleça uma relação privilegiada com o ouro, a partir da qual meça o valor das outras mercadorias.

O que Carcanholo realiza aqui é nada menos do que sair do paradigma teórico de Marx e se aproximar, nos parece, da teoria do equilíbrio geral conforme descrita por Paulani (1991), que critica tal tese justamente por ela requerer a exclusão de um conceito de dinheiro, a fim de manter sua própria consistência lógica. De fato, se o ouro é apenas uma mercadoria como qualquer outra, não há qualquer motivo para que o padrão monetário relacione-se prioritariamente com ele. Mas nessa afirmação exclui-se de antemão o próprio conceito de equivalente geral, e, portanto, o conceito marxiano de dinheiro. O padrão monetário é simplesmente tomado como dado por Carcanholo, e não deduzido do conceito de dinheiro como faz Marx ao diferenciar dinheiro e moeda. Ademais, sendo o ouro apenas uma mercadoria como outra qualquer, porque deveria ele ser aceito como meio de pagamento em última instância ou funcionar como reserva internacional de valor, aspectos do esquema de Germer com os quais Carcanholo afirma concordar?

Vemos, pelo exposto acima, que Carcanholo repete alguns dos equívocos anteriormente apontados nos textos de Germer (1997) e de Corazza (1998). Novamente, nos parece injustificado ler a seção sobre a forma do valor n’*O Capital* como uma

evolução histórica do dinheiro, e tampouco Carcanholo apresenta argumentos convincentes sobre uma ‘progressiva imaterialidade’ do dinheiro nesta dedução. Quando procurou tratar da questão da medida do valor, o autor acabou por fugir do próprio esquema teórico de Marx, o que indica, talvez, a real magnitude do problema que o dinheiro inconversível põe para a teoria do valor trabalho e o esquema marxiano do dinheiro. Tampouco Carcanholo procurou levar em consideração o conceito marxiano de moeda exposto em *para crítica* e n’*O Capital*, o que acarreta em uma má formulação do problema do dinheiro inconversível. Por fim, seu entendimento que a imaterialidade do dinheiro é necessária para explicar-se o capital especulativo e capital especulativo parasitário carece de maior detalhamento, permanecendo uma simples asseveração.

### **Claus Germer: O caráter de mercadoria do dinheiro segundo Marx – uma polêmica**

Germer tem por objetivo nesse artigo reiterar que Marx define, em seu sistema, o dinheiro inequivocamente como uma mercadoria. O autor debate diretamente com os dois artigos acima analisados de Corazza (1998) e de Carcanholo (2001), tanto para responder as críticas que lhe são dirigidas, quanto para refinar sua explicação sobre o tema. Germer, entretanto, restringe-se a fazer uma leitura endógena de Marx, sem a preocupação de confrontá-la com a realidade do dinheiro mundial inconversível.

Germer começa por abordar a hipótese do dinheiro como ‘pura forma do valor’ que é distinta do material que a representa aventada por Corazza (1998). A primeira crítica feita a Corazza, e também Carcanholo (2001). É que este omite em sua discussão sobre ‘a forma do valor’ que, para Marx, forma do valor se define pelo conceito de valor de troca. Nesse sentido, a afirmação de que o dinheiro fosse ‘pura forma do valor’ é inexata. Valor de troca é, segundo Germer, “a relação que se estabelece entre as quantidades de duas mercadorias na troca”, e, a partir desta definição, “dinheiro é a mercadoria em confronto com a qual todas as demais fixam seu valor de troca” (2002, p. 9). A definição de valor de troca apresentada pelo autor de fato coincide com a apresentada por Marx desde *Para Crítica*, conforme apontado anteriormente (pg. 13), e a definição de dinheiro nos termos do conceito de valor de troca também nos parece satisfatória. Germer acrescenta, satisfatoriamente, ainda algumas citações do trecho sobre a forma equivalente geral que confirmam sua visão sobre o dinheiro-mercadoria

no sistema marxista, enfatizando que o conteúdo da forma dinheiro já está contido na forma simples do valor, ou seja, no confronto de duas mercadorias pela troca.

Segundo Germer, Corazza incorre em idealismo ao conceber o valor como uma essência imaterial das mercadorias, sendo este, ao contrário, trabalho abstrato, uma característica material e objetiva das sociedades capitalistas. Apesar de também avançar hipóteses sugerindo um dinheiro imaterial e apenas formal, Paulani (1991) parece fornecer um conceito que resolve tal questão, indicando que o dinheiro não é uma abstração puramente mental ou ideal, imaterial, mas posta concretamente pela própria natureza da sociedade mercantil: “... a generalidade de que se trata aqui não é a generalidade abstrata (ainda que haja aí abstração); o dinheiro é a mercadoria geral mas é universal concreto, e é, por isso, o singular que resolve a particularidade da mercadoria (por causa de sua determinação valor de uso) no fundamento universal do valor”<sup>60</sup> (p. 138).

A próxima crítica de Germer é que Corazza (1998) incorre em três contradições em sua argumentação. A primeira é afirmar que o dinheiro não necessita ter valor próprio, mesmo considerando o mesmo como ‘pura forma do valor’. A segunda contradição é considerar que a função de medida dos valores não é realizada pelo dinheiro enquanto ‘forma do valor’, mas por seu suporte material, o qual, entretanto, Corazza havia considerado como irrelevante, e historicamente passageiro, para a definição do dinheiro. Esta é de fato uma contradição nos argumentos do autor, e também vai de encontro ao que diz Marx sobre a referida função, na qual a materialidade do dinheiro interfere decisivamente, já que ela determina o valor contido em determinado quantum do dinheiro. Por fim, a terceira contradição de Corazza é afirmar que “o dinheiro não precisa ter valor intrínseco como mercadoria e, mesmo assim, continua sendo a encarnação social do trabalho humano” (1998, p. 50). De fato, esta afirmação para uma contradição nos termos: ser encarnação do trabalho social, abstrato portanto, é possuir valor intrínseco.

---

<sup>60</sup> Deve-se ressaltar que Paulani entende, ao contrário de Corazza e Carcanholo, que para Marx, o dinheiro teria realmente de ser uma mercadoria, o ouro. A autora considera, porém, que essa teria sido uma limitação teórica de Marx devido ao limite de sua visão histórica, de modo análogo à impossibilidade de Aristóteles desvendar o conceito de valor na sociedade antiga. Corazza e Carcanholo consideram que a teoria de Marx estaria perfeitamente adequada, sem correções, à realidade capitalista atual.

Germer indica de maneira satisfatória problemas na argumentação de Corazza, aos quais é possível ajuntar nossos comentários sobre o mesmo texto mais acima. De fato, a expressão a dupla definição de dinheiro como ‘pura forma do valor’, e, às vezes, como seu suporte material parece problemática, levando o autor a incorrer em contradições.

Germer passa então à análise da dedução das formas do valor, procurando contrapor-se criticamente a Corazza, e por extensão a Carcanholo, que se apóia em Corazza no tocante à imaterialidade do dinheiro. Basicamente, o autor critica Corazza por ver na dedução entre as formas do valor, simples, desdobrada, e geral, uma perda progressiva da imaterialidade do dinheiro, sem, no entanto, apontar as passagens em que Marx argumentaria de tal modo, ou forneceria as fases de tal evolução. Tal crítica é semelhante a apresentada mais acima neste texto (p. 45), e, devemos concordar com que o uso de passagens isoladas de Marx por Corazza e Carcanholo, que Germer considera descontextualizadas, é insuficiente para sustentar o argumento desses autores. Especialmente problemático é o uso dos *Grundrisse* sem levar em consideração as diversas modificações posteriores que Marx fez em sua teoria do dinheiro, conforme já notado outras vezes neste trabalho.

A última crítica de Germer a Corazza necessita, entretanto, de uma correção. O autor afirma que se, para Corazza, o dinheiro é uma essência imaterial, não haveria por que admitir qualquer suporte físico ou uma evolução do dinheiro em direção à imaterialidade. Hipoteticamente, seria possível supor tal possibilidade, diferenciando a “essência” do dinheiro de seu substrato material. Entretanto, este não é o modo como argumenta Marx, não podendo serem forma e conteúdo entendidos analogamente a substrato material e essência imaterial do dinheiro como pretendem Corazza e Carcanholo.

Para contrapor-se à leitura da progressiva imaterialidade do dinheiro, Germer argumenta que, de fato, Marx apresenta “fases históricas da evolução do equivalente de valor, mas referindo-se aos tipos de mercadorias que desempenham esta função na evolução da economia mercantil, desde a sua fase inicial até o capitalismo” (2002, p. 14). Ao comentar seu primeiro texto, Germer (1997), já nos referimos ao problema de ler-se a dedução das formas do dinheiro como um argumento histórico, e de considerar a existência do dinheiro anterior ao capitalismo, cabendo aqui as mesmas observações.

Por fim, Germer procura contra-argumentar a hipótese, aventada por Carcanholo (2001), de que o dinheiro de crédito pudesse fazer com que o ouro perdesse mesmo suas últimas funções de reserva de valor ou meio de pagamento final no sistema de crédito. Para tal, Germer simplesmente cita uma passagem do livro três d’*O Capital*, na qual é explicitamente afirmado que o fundamento ultimo do sistema de crédito é uma mercadoria particular, ou o ouro:

“ ... o dinheiro – na forma dos metais preciosos – constitui a base da qual o sistema de crédito, pela sua própria natureza, *nunca se pode desprender* (...) O sistema bancário mostra, (...), mediante a substituição do dinheiro por diversas formas de crédito circulante, que o dinheiro (...) nada mais é que uma expressão particular do caráter social do trabalho e de seus produtos, mas que, em antítese à base da produção privada, *sempre tem de apresentar-se, em última instância, como uma coisa, uma mercadoria particular ao lado de outras mercadorias.* ( Marx apud Germer 2002 p. 16)

Finda a exposição crítica da teoria do valor imaterial, Germer procura esclarecer sua visão sobre os fundamentos teóricos da necessidade do dinheiro-mercadoria em Marx. Para tal, o autor aborda primeiramente a função de medida do valor, e, em segundo lugar, o conceito de trabalho social.

Sobre a questão da medida dos valores, Germer reproduz a analogia exposta por Marx n’*O Capital* (1962 [1890], p. 71). Segundo o raciocínio, do mesmo modo como pesar significa comparar dois objetos com peso, medir o valor significa comparar dois objetos com valor, fruto do trabalho humano portanto. Daí que Germer recuse que a função de medida do valor possa ser realizada por um dinheiro puramente fiduciário. Como já aventado diversas vezes, a objeção de Germer é correta, e a função de medida dos valores deve ser levada atentamente em conta ao abordar-se o problema do dinheiro inconversível<sup>61</sup>.

Já a necessidade do dinheiro-mercadoria a partir do conceito de trabalho social é a seguinte. Trabalho social é definido como “[um] organismo complexo de trabalhos especializados diferentes que se combinam em uma estrutura de divisão social do trabalho, de tal modo que cada produtor fornece um ou poucos valores de uso ao coletivo social, dele recebendo, em troca, o que necessita” (2002, p. 18), ou seja, a totalidade do trabalho de uma sociedade, que se subdivide nos diversos trabalhos

---

<sup>61</sup> O caso da hiperinflação alemã (1921-1924), que se seguiu após o abandono do padrão-ouro naquele país, é um indício de que abandonar o dinheiro com valor intrínseco pode de fato causar sérios problemas na função de medida do valor. Prado (2013) também aponta nesse sentido.



específicos. Se a sociedade em questão for uma sociedade mercantil, os trabalhos particulares tomam a característica de serem também trabalhos privados. O papel do dinheiro, nesse caso, é fazer a mediação entre os trabalhos privados e sua característica social, ser a um trabalho particular ‘erigido em representante do trabalho social’, o que ele realiza ao dar uma unidade de referência e de medida comum a todas as mercadorias. O dinheiro tem de ser, portanto, uma mercadoria, pois tem de ser o trabalho particular no qual se reconhece o abstrato, o social<sup>62</sup>. Se as trocas permanecessem restritas ao simples escambo, nunca conseguiriam sair de sua imediata particularidade e confirmarem-se como trabalho social. Assim, o dinheiro efetiva, sem a consciência de um plano elaborado, as determinações da lei do valor, distribuindo determinadas quantidades de trabalho social em diversos ramos de trabalho particular. A maneira concreta pela qual isso ocorre são as diversas oscilações de mercado, oscilações de preço, realocação de capital etc.

O argumento de Germer neste ponto parece correto, e, deve-se apontar, é o mesmo que o apresentado por Reichelt (1973, p. 147)<sup>63</sup>. O dinheiro inconversível, por suprimir o trabalho como seu fundamento, já que é simplesmente signo do valor conforme Marx define o conceito de moeda, cria uma dificuldade não apenas para a função de medida do valor, mas também em relação à mediação entre o concreto e o abstrato, entre o particular e o universal, da forma mercadoria, cuja importância é apontada por Paulani (1991), Reichelt (1973) e Germer (2002).

Vê-se do exposto acima que a polêmica sobre o dinheiro inconversível se centra, principalmente, sobre a questão da dedução da forma do valor, da função de medida do valor pelo dinheiro, e do dinheiro de crédito, que supostamente levaria à imaterialidade do dinheiro ou criaria a possibilidade do mesmo parecer não ter uma mercadoria como seu fundamento. Neste artigo, Germer parece realizar uma leitura mais rigorosa do texto de Marx do que no primeiro artigo que analisamos deste autor (Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo, 1997), e também suas críticas a Corazza e a Carcanholo parecem satisfatórias em sua maioria. Cabe somente reparar seu entendimento sobre o dinheiro antes e após o capitalismo, o que já fizemos ao comentar seu primeiro artigo. Chama atenção, também, o fato de o autor, novamente, não se referir a diferenciação entre os conceitos de dinheiro e de moeda na função de meio de

---

<sup>62</sup> Germer relembra, com razão, que o abstrato só pode existir efetivamente através do concreto

<sup>63</sup> Ed. Unicamp: p. 153

circulação, e que parece ser crucial para a formulação do problema do dinheiro inconversível. Também deve-se lembrar que Germer procurou, neste artigo, apenas uma reconstituição dos argumentos de Marx, e não confrontá-los com a realidade do dinheiro após o fim do padrão ouro, o que constitui uma insuficiência para se abordar a questão.

## **Gentil Corazza: O dinheiro como forma do valor**

Esse pequeno artigo de Gentil Corazza, tal como próximo de Carcanholo, tem por objetivo avaliar as críticas de Germer no artigo anterior<sup>64</sup>. Primeiramente, Corazza procura reiterar sua ideia de que o dinheiro, sendo apenas forma do valor, nada tem de material, pois a própria ideia de forma é imaterial. Além disso, o dinheiro é uma forma imaterial, segundo o autor, pois também seu conteúdo, o valor, é ‘social’, ‘universal’, e, portanto, também imaterial. Mais acima (p. 45), já comentamos o problema da equiparação entre a ideia de ‘forma’, e também de ‘abstração’, e de ‘imaterialidade’. Uma melhor crítica deste ponto, porém, necessitaria um estudo das categorias de forma e conteúdo conforme expostas por Hegel em seus trabalhos sobre lógica.

Em seguida, Corazza incorre, aparentemente, em dois equívocos na leitura da dedução da forma do valor. Primeiramente, parece confundir, ou equivaler, valor de troca com valor, ao afirmar “de que outro valor estou falando senão do valor de troca?” (2002, p. 30). Na primeira parte deste trabalho (pp. 30-32), demonstramos como Marx chega a diferenciação entre esses dois conceitos, de modo que a crítica de Germer (2002) a Corazza em relação ao fato deste não tratar sobre o valor de troca adequadamente parece razoável. Em segundo lugar, Corazza equipara as formas equivalente e relativa do valor, que compõe a estrutura da expressão do valor, com as formas simples, desdobrada e geral do valor, como se as primeiras também fizessem parte da dedução empreendida pelas segundas. Germer (2002) também já havia indicado esse problema na leitura de Corazza.

Corazza indica, então, que Germer não trata, em sua explicação sobre o dinheiro, da articulação entre “as categorias dinheiro, crédito, capital monetário e capital fictício”, sem indicar, no entanto, como isso enfraqueceria a hipótese de Germer. A abordagem do autor sobre a função de medida de valor também parece insuficiente, pois ele afirma

---

<sup>64</sup> Os três textos, Germer (cit), Corazza (cit) e Carcanholo (cit), foram publicados na mesma edição da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em dezembro de 2002.

simplesmente que “para Marx, o valor das mercadorias se mede como preço, ou seja, o preço é a expressão monetária do valor” (2002, p. 31). Embora correta, essa simples asseveração é insuficiente para o problema da medida do valor, pois desconsidera o caminho pelo qual Marx chega na forma preço, que é o da dedução da forma do valor até a forma dinheiro.

Por fim, Corazza reconhece que, de fato, Marx parece estar preso ao padrão ouro, devido à época histórica na qual viveu. O autor argumenta, entretanto, que mesmo sem a base metálica, a teoria do dinheiro de Marx continua sendo válida se o dinheiro for entendido como ‘forma do valor’ simplesmente. O texto carece, porém, de maior demonstração deste fato.

### **Reinaldo Carcanholo: Sobre a natureza do dinheiro em Marx**

O artigo em questão consiste na resposta de Carcanholo a Germer (2002), a convite da própria Revista da SEP. A primeira crítica em questão, e que constitui o ponto fundamental de discordância entre Carcanholo e Germer, é que aquele atribui a este uma visão ‘metafísico-positivista’ de Marx, a qual busca definições ‘estáticas’ de seus conceitos. Para Carcanholo, ao contrário, não é possível buscar definições em Marx, pois os objetos de seu estudo são ‘processos’, e, portanto, mutáveis no tempo.

Carcanholo pretende demonstrar tal entendimento a partir do exemplo da mercadoria, cujo desenvolvimento consiste “no processo processo através do qual o valor (como forma social), de pólo dominado, passa progressivamente a ganhar terreno no interior dessa unidade dialética constituída pela mercadoria, chega a dominar seu pólo oposto (o valor de uso ou conteúdo material da riqueza) e continua seu desígnio, passando a dominar a contradição [entre valor e valor de uso] cada vez mais” (Carcanholo, 2002, pp. 34-35). Tal processo que corresponde a forma mercadoria é nomeado pelo autor de “desmaterialização progressiva da riqueza capitalista”, e ao qual corresponde a progressiva desmaterialização do dinheiro, a qual, considera Carcanholo, já apareceria na dedução das formas do valor n’*O Capital*. Daí que, mesmo que Marx pressuponha o padrão ouro n’*O Capital*, isso deveria-se ao estágio de desmaterialização do dinheiro em sua época, o qual teria continuado a progredir até os dias atuais. Se o

ouro ainda cumpriria algumas das funções do dinheiro atualmente, em especial a de meio de pagamento em última instância

Parece injustificada o entendimento de Germer de que Marx não apresente definições ao longo de seu trabalho, e que seus conceitos são mutáveis no tempo, como quando Carcanholo afirma que “a mercadoria é hoje o que não foi ontem e o que não será amanhã” (2002, p. 34). Tal argumentação imputa a Marx um relativismo que não lhe é próprio. Ao contrário, é razoável, por exemplo, entender que a definição de Marx para mercadoria, enquanto forma, seja algo com ‘unidade contraditória do valor de uso e do valor’. Isto parece ser verdade tanto nos dias atuais quanto na época de Marx, não havendo motivo para crer que um desenvolvimento da forma mercadoria tenha mudado essa sua característica fundamental através dos tempos. Consequentemente, também parece injustificado querer atribuir uma desmaterialização ao dinheiro com base neste argumento.

Vê-se que o artigo de Carcanholo não logra refutar as considerações de Germer sobre a tese do dinheiro imaterial. Por reconhecer que Marx está, de fato, preso ao padrão ouro de sua época, Carcanholo pretende compatibilizar sua teoria a partir de uma historicidade dos conceitos de uma forma que não parece ser a mesma de Marx. Como consequência, sua reiteração de uma progressiva desmaterialização do dinheiro leva-no a, novamente, historicizar a dedução das formas do valor, fato já criticado neste trabalho.

## **Elutério Prado: Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconversível**

Neste último artigo analisado neste trabalho, Prado procura analisar criticamente aquilo que o autor chama de controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconversível, composta pelos artigos aqui analisados. Após tal análise, o autor procura introduzir sua própria hipótese sobre o dinheiro inconversível a partir do conceito de dinheiro fictício.

Primeiramente, Prado procura analisar a posição de Germer (2002) acerca do caráter de mercadoria do dinheiro. Sua primeira observação é que Germer exprime-se, em seu texto, com um “bocado de imprecisão ao empregar as categorias de coisa física, mercadoria e dinheiro como semanticamente equivalente” (Prado, 2013, p. 2). Prado

ênfatiza que Marx distingue, em sua teoria, entre os objetos “em sua própria fisicalidade (em sua matéria), a coisa enquanto coisa que recebeu determinação social (ou seja, forma) e o conteúdo dessa forma (as relações sociais constitutivas)” (Prado, 2013, p. 2). Desse modo cabe reparar que tanto o valor de uso, quanto o valor e a mercadoria são formas sociais. Valor de uso, segundo este raciocínio, é a forma que cabe à matéria física quando o homem lhe confere em sua relação de apropriação com a natureza, que o conteúdo mesmo desta forma<sup>65</sup>. Também a mercadoria é uma forma, composta pela contradição entre valor de uso e valor. Por fim, o valor também é uma forma, segundo Prado, o que parece pouco rigoroso levando-se em consideração o longo caminho percorrido por Marx na diferenciação entre os conceitos de valor de troca e valor. Mais fiel ao pensamento de Marx é entender valor de troca como uma forma, cujo conteúdo é o valor.

Do exposto acima, Prado critica Germer (2002) por identificar o dinheiro com seu substrato material. Ao contrário, o dinheiro também é uma forma, porém num sentido distinto do aventado por Corazza e Carcanholo. O dinheiro também é uma mercadoria, e é justamente essa sua forma. Portanto, o dinheiro também é contradição entre valor e valor de uso, e não simplesmente ‘o valor existindo fora das mercadorias’: “é valor porque todo montante de dinheiro contém um determinado quantum de trabalho abstrato; ademais, é valor de uso porque funciona como equivalente geral e tem várias funções na circulação das mercadorias” (Prado, 2013, p. 3). Assim, Prado concorda com Corazza de que é preciso distinguir entre a forma e o suporte material do dinheiro, embora sua compreensão de forma seja distinta da deste autor.

Sendo corretas as observações de Prado, deve-se somente fazer um reparo a sua crítica a Germer. Quando este pergunta se ‘o dinheiro deve ou não ser uma mercadoria’, é possível entender que Germer utiliza coloquialmente o termo ‘mercadoria’, como também o faz Marx através de *O Capital*, equivalendo-a a produto. Assim, é possível reinterpretar sua pergunta, nos termos de Prado, como ‘deve o dinheiro sempre possuir uma base material’? Ou, como coloca Prado, ‘dinheiro deve ser ouro’?

Eleutério passa, então, a analisar a hipótese de Corazza de que para Marx, o aspecto mais importante do dinheiro não consiste em ser uma mercadoria, mas ‘pura

---

<sup>65</sup> A partir deste raciocínio é possível também criticar Corazza (1998) e Carcanholo (2001), pois ambos equiparam valor de uso à materialidade de uma mercadoria.

forma imaterial do valor'. O autor considera pouco rigorosa a primeira parte da afirmação, “pois, facilmente se comprova que o caráter mercadoria do dinheiro é crucial na apresentação do próprio dinheiro em *O Capital*” (Prado, 2013, p. 3). Ademais, embora concordando com a hipótese de que o dinheiro seja uma forma, Eleutério afirma que é equivocado considerá-lo ‘pura forma’: para o autor, não é adequado referir-se ao dinheiro como uma forma imaterial, já que o mesmo necessita sempre de um suporte material, e também por serem “forma e matéria determinações reflexivas na lógica dialética que vem de Hegel” (2013, p. 4). Desse modo, Corazza cairia numa concepção convencionalista de dinheiro, que considera o suporte da forma irrelevante enquanto tal. Germer, por outro lado, demonstraria maior preocupação com a relação entre matéria e forma, a despeito de confundi-las. Considerando o exposto, Prado procura sintetizar sua posição, de certo modo intermediária entre as duas hipóteses, segundo a qual “mercadoria e dinheiro são formas que, como tais, requerem suportes físicos adequados, delas distinguíveis. Neste sentido (...) o que define o dinheiro não é a materialidade do ouro, mas o fato de esta materialidade passar a expressar a imaterialidade do valor quando recebe a forma de equivalente geral” (2013, p. 4).

Prado aborda ainda a questão da medida do valor. Considerando pertinente a problemática apontada por Germer (2002) em relação a essa função do dinheiro, Prado reformula o problema nos seguintes termos: “a questão de interesse consiste em saber se o suporte da forma dinheiro precisa ser sempre uma mercadoria que possui valor (além do valor de uso) ou se esse requisito substantivo pode ser violado de algum modo” (Prado, 2013, p. 5). De acordo com o autor, ambas as visões, materialista, criticada por ser fetichista, e imaterialista, criticada por ser convencionalista, demonstram-se insuficientes para resolver o problema.

Prado procura, então, avançar sua própria hipótese acerca do problema. Admitindo que, para a concepção original de Marx, o dinheiro tem de ter valor de fato para exercer a função de medida do valor, e que, não obstante, a realidade atual confirma que o dinheiro mundial não tem valor intrínseco, o autor chega a seguinte conclusão:

“a contradição que aparece no curso da análise só pode ser o reflexo de uma contradição real: o dinheiro mundial atual tem valor e não tem valor, ou seja, ele tem valor meramente fictício. Destarte, para apreender essa contradição é preciso suprimir o superar a polaridade em questão, chegando ao conceito de dinheiro fictício. Tem-se assim, portanto, uma forma de valor que “não” possui valor, mas o representa de

algum modo. Note-se que o “valor” do dinheiro fictício é normalmente apreendido pelos agentes que atuam no processo mercantil como poder de compra (...) Diante da evidência histórica, mantém-se aqui a tese de que o dinheiro, agora fictício, não poderia se sustentar no mundo atual se não tivesse uma relação de equivalência implícita com o ouro, o qual, aliás, continua tendo um papel importante nas reservas monetárias dos países centrais.” (Prado, 2013, p. 6)

Dois pontos chamam atenção na argumentação de Prado acerca do dinheiro fictício. Em primeiro lugar, ele rejeita a hipótese, abordada tanto por Germer quanto por Corazza e Carcanholo, embora com intenções opostas, de que o crescimento extraordinário do dinheiro de crédito teria dissolvido a conexão do equivalente geral à mercadoria ouro. Em segundo lugar, Prado é o primeiro autor aqui avaliado a levar em conta a diferenciação entre moeda, signo do valor, e dinheiro tal como exposta por Marx. Tal fato, inequivocamente demonstrado por Marx, viria a ser a ‘primeira forma lógica do dinheiro-papel’, circunscrita, entretanto, à realidade histórica do século dezenove. Na realidade histórica atual, seria necessário, admitir-se que o papel moeda já não mais é mero signo do valor, tornando-se, portanto, dinheiro fictício. “E que, ao fazê-lo, já não é capaz de cumprir por si mesmo, diretamente, todas as funções do dinheiro” (Prado, 2013, p. 7).

Prado argumenta que, com o estabelecimento do papel-moeda, e a decorrente fixação do padrão de preços pelo Estado, a função de medida do valor já ocorria apenas implicitamente<sup>66</sup>. Assim, antes de ser uma decisão do Estado, a supressão da convertibilidade do papel moeda foi consequência da própria prática social, através da qual o dinheiro foi tornando-se cada vez mais autônomo.

A emergência do dinheiro puramente fiduciário, ou fictício, implicou, portanto, em uma inversão histórica na ordem de representação. No padrão-ouro, o metal assumia explicitamente a forma de equivalente e o papel-moeda a forma relativa, como, por exemplo, na ancoragem do dólar em ouro pelo governo americano: trinta e cinco dólares valem uma onça de ouro. Neste primeiro caso é o dólar que possui um preço em ouro. O argumento de Prado é, no entanto, que a função de medida do valor continua só pode ser efetuada pelo dinheiro fictício a partir de uma relação implícita com o ouro, que consiste justamente na inversão dos papéis. Agora é o ouro que se encontra na forma relativa e o papel moeda na forma equivalente: uma onça de ouro vale trinta e cinco

---

<sup>66</sup> Deve-se lembrar, conforme visto anteriormente (pg. 19) que Marx concorda com a teoria quantitativa do dinheiro em relação ao seu conceito de moeda, cujo valor é determinado apenas por sua quantidade em circulação.

dólares. Em analogia com o conceito de capital fictício, cujo valor é fixado através de sua equivalência com o capital real através dos mercados financeiros, o dinheiro fictício realiza sua função de medida do valor através de sua equivalência com o ouro por meio do mercado de ouro. “Se essa relação implícita desaparecer, ele vira fumaça, assim como vira fumaça uma ação (capital fictício) que representa um capital real que foi inteiramente queimado pelo fogo)” (Prado, 2013, p. 8).

O argumento exposto acima parece bastante plausível. Como o conceito de capital fictício cai fora do escopo desta pesquisa, falta-nos, entretanto, melhores meios de avaliar a analogia que leva ao novo conceito de dinheiro fictício. Deve-se apontar que, quando o autor afirma que o dinheiro ficou progressivamente mais autônomo, seria necessário acompanhar tal assertiva de maior demonstração histórica, procurando demonstrar as ocasiões em que isso acontecia e suas razões. Também parece necessário um maior detalhamento empírico sobre como o dinheiro mantém sua relação implícita com o ouro.

Por fim, Prado baseia-se em Carcanholo (2001) para esboçar as condições históricas que levaram ao advento do dinheiro fictício. Embora não adote os conceitos de capital especulativo e capital especulativo parasitário de Carcanholo, Prado concorda com a ideia mais geral por detrás destes de que há uma relação entre o dinheiro fictício e a exacerbação das formas financeiras de acumulação de capital. Nesse sentido, o dinheiro fictício libera a política monetária dos países centrais do capitalismo dos constrangimentos do câmbio fixo do padrão-ouro, liberando a expansão monetária e, conseqüentemente, a expansão do crédito.

Vê-se do exposto acima que Prado conseguiu tratar de maneira original os principais pontos do problema do dinheiro inconversível. Em relação à dedução das formas do valor, embora não a aborde explicitamente, Prado indica que o dinheiro é uma mercadoria, e, nesse sentido, uma forma, mas que necessita sempre de um suporte material. Indicando que existe uma íntima relação entre forma e matéria, o autor se afasta tanto da tese materialista<sup>67</sup> quanto da imaterialista sobre o dinheiro, considerando a primeira fetichista e a segunda convencionalista.

---

<sup>67</sup> Deve-se lembrar que Germer propunha-se apenas a fazer uma leitura endógena de Marx, e não a questionar-se a adequação de sua teoria ao capitalismo contemporâneo.



A partir de sua constatação sobre a relação entre matéria e forma, Prado introduz sua hipótese acerca da função de medida do valor. Não sendo possível admitir que o dinheiro como ‘pura forma’ realize a medida do valor, mas sendo também necessário admitir a realidade histórica do dinheiro inconvertível, o autor procura resolver essa questão introduzindo o conceito de dinheiro fictício, por analogia ao de capital fictício, o qual mantém uma relação de “convertibilidade” implícita com o ouro. É importante ressaltar, neste quesito, que Prado é o único dos autores aqui analisados a levar em consideração a diferenciação entre dinheiro e moeda conforme a argumentação de Marx, a qual ele considera como a primeira forma lógica do papel-moeda.

A principal lacuna que se pode apontar no artigo de Prado é a falta de maiores demonstrações históricas de alguns de seus argumentos. De fato, não parece ser pretensão do artigo aprofundar-se nos detalhes da questão, tendo antes um caráter exploratório da questão. Nesse sentido, os argumentos e hipóteses apresentados pelo autor podem ser considerados como pontos de partida para pesquisas posteriores.

### **Conclusão**

O conceito de dinheiro de Marx e a problemática a ele relacionada do dinheiro inconvertível certamente são temas muito extensos, de modo que não seria possível esgotá-los ou apresentar hipóteses novas no espaço de uma iniciação científica. Entretanto, a partir de nossa pesquisa foi possível avaliar criticamente algumas das propostas de solução do problema, e, desse modo, procurar uma formulação para o mesmo que possa servir de base para pesquisas posteriores.

Viu-se que a questão do dinheiro inconvertível articulava-se em torno de três pontos principais: a dedução da forma do valor, a função de medida do valor e o dinheiro de crédito. Sobre a primeira, Germer, em seu segundo artigo (2002), apresentou uma leitura mais compatível com o texto de Marx do que Corazza (1998) e Carcanholo (2001), embora se possa discordar com respeito ao seu entendimento de uma teoria do dinheiro de Marx ‘antes’ do capitalismo. Também nesse quesito, Prado (2013) formula a questão de maneira mais adequada, ao reconhecer o dinheiro como mercadoria, e, portanto, forma, mas também apontar que há uma relação não arbitrária entre forma e matéria.

Do ponto de vista da função de medida do valor, vê-se que a questão é enfatizada como crucial por Germer (1997) e (2002), que, entretanto, não procura abordar a questão a partir do capitalismo contemporâneo, restringindo-se a uma leitura endógena de Marx. Os defensores do dinheiro imaterial, Corazza (1998) e Carcanholo (2001), por quererem compatibilizar a teoria de Marx inteiramente com a realidade contemporânea, acabam por distorcer sua dedução das formas do valor, pretendendo ver nela já a indicação de uma imaterialidade do dinheiro. Prado (2013) é quem melhor procura compatibilizar a teoria de Marx com o fim do padrão-ouro, ao propor o conceito de dinheiro fictício. Por fim, acerca do problema do dinheiro de crédito, Prado (2013) refuta a importância considerada pelos outros autores na refutação do problema.

Uma posterior pesquisa poderia procurar em se aprofundar nos seguintes aspectos. Acerca da questão da forma do valor, embora a questão pareça suficientemente resolvida por Prado (2013), um estudo das categorias da lógica hegeliana, especialmente as de forma, conteúdo e matéria, ensejaria uma avaliação mais embasada das propostas deste autor. Em relação à função de medida do valor, parece ser necessário um detalhamento histórico do argumento de Prado (2013) da progressiva autonomização do papel-moeda frente ao lastro em ouro, levando-se em conta a diferenciação dos conceitos de moeda e dinheiro. Conforme visto anteriormente (pg. 4), Marx já se reportava em sua época a momentos de inconvertibilidade temporária da moeda, de modo que um estudo comparativo das condições em que isso ocorria através da história seria, certamente, de grande relevância para a questão.

Também pode ser mais bem averiguado como, atualmente, se mantém a relação de equivalência entre o ouro e o dólar, e outras moedas consideradas reserva de valor, através da análise das reservas de ouro dos principais países capitalistas, se há relação entre inflação e o aumento do preço real do ouro em dólar, etc. Por fim, também é necessário um estudo do entendimento de Marx sobre o crédito e o dinheiro de crédito, para verificar as hipóteses da relação deste com o fim do padrão-ouro, embora a hipótese de Prado (2013) pareça a mais correta.

## Bibliografia

- Carcanholo, R. A. (2001). O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* , 26-45.
- Carcanholo, R. A. (2002). Sobre a natureza do dinheiro em Marx. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* , 33-37.
- Corazza, G. (1998). Marx e Keynes sobre dinheiro e economia monetária. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* , 45-58.
- Corazza, G. (2002). O dinheiro como forma do valor. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* , 28-32.
- Germer, C. M. (1997). Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* .
- Germer, C. M. (2002). O caráter de mercadoria do dinheiro segundo Marx - Uma polêmica. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* , 5-27.
- Harvey, D. (2010). *A Companion to Marx's Capital*. London: Verso.
- Mandel, E. (1967). *La formation de la pensée économique de Karl Marx - de 1843 jusqu'à la rédaction du "Capital"*. Paris: François Maspero.
- Marx, K. (1962 [1890]). *Das Kapital - MEW Band 23*. Berlin: Dietz Verlag Berlin.
- Marx, K. (1983 [1867]). *Das Kapital - Primeira Edição MEGA*. Berlin: Dietz Verlag Berlin.
- Marx, K. (1964 [1984]). *Das Kapital III*. Berlin: Dietz Verlag Berlin.
- Marx, K. (1983). *Grundrisse MEW Band 42*. Berlin: Dietz Verlag.
- Marx, K. (1961 [1859]). *Zur Kritik der Politischen Ökonomie - MEW Band 13*. Berlin: Dietz Verlag Berlin.
- Paulani, L. M. (1991). Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito. São Paulo.
- Prado, E. F. (2013). Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* , 129-152.
- Reichelt, H. (1973). *Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx*. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt.
- Rosdolsky, R. (2001). *Gênese e Estrutura de O Capital*. Rio de Janeiro: EDUERJ - Contraponto.

